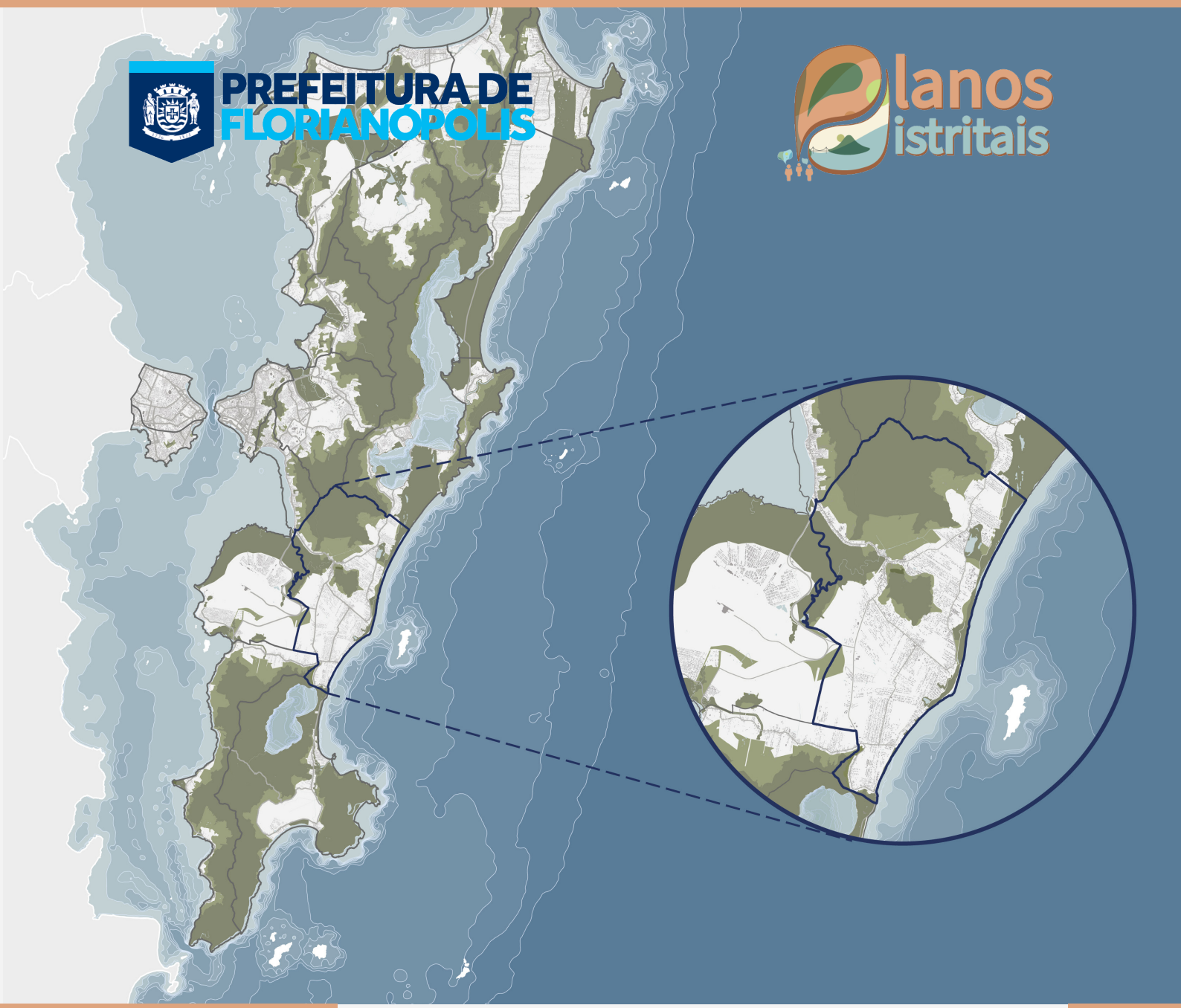
Cadernos de Planejamento e Projetos Urbanos de Florianópolis

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Planos Distritais



SÍNTESE

DIAGNÓSTICO CAMPECHE

Caderno

Nº 1 | Agosto 2026

SMPHDU

CIDADE E PLANEJAMENTO

Florianópolis é uma cidade de muitas cidades: cada distrito tem sua história, sua paisagem e seus desafios próprios. Planejar de forma justa e eficiente exige conhecer essa diversidade em detalhe, sem deixar de olhar para o município como um todo.

Os Cadernos de Diagnóstico dos Planos Distritais nascem desse compromisso. Ao reunir dados sobre população, ambiente, infraestrutura, mobilidade e uso do solo em cada distrito, esse material qualifica o debate público e orienta decisões mais próximas da realidade de quem vive em cada localidade.

O Plano Diretor revisado em 2022 abriu caminho para uma cidade de bairros completos, com mobilidade sustentável e habitação inclusiva. Agora, cabe aprofundar esse olhar distrito a distrito, para que o planejamento urbano de Florianópolis seja feito com base em evidências e em diálogo permanente com a população.

Topázio Silveira Neto
Prefeito de Florianópolis

PLANO DIRETOR E GESTÃO TERRITORIAL

A Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano reúne, hoje, três agendas que antes caminhavam separadas: o planejamento territorial, a política habitacional e o desenvolvimento urbano. Essa integração reflete um entendimento simples, mas essencial — não é possível planejar o território sem enfrentar, ao mesmo tempo, o déficit habitacional e as desigualdades de acesso à cidade.

Os Cadernos de Diagnóstico dos Planos Distritais são uma ferramenta central dessa integração. Cada caderno traduz, de forma acessível, o retrato atual de um distrito — sua ocupação, seus vazios, sua infraestrutura e suas fragilidades ambientais — para subsidiar diretrizes específicas dentro da estrutura do Plano Diretor.

Este diagnóstico técnico é um convite à participação: conhecer o próprio território é o primeiro passo para qualificar as escolhas coletivas sobre o futuro de Florianópolis.

Ivanna Carla Tomasi
Secretária Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano



Este trabalho é disponibilizado sob uma licença aberta, permitindo que seja adaptado e utilizado como base para criações adicionais, desde que seu uso não seja para fins comerciais. É necessário atribuir o devido crédito ao trabalho original. Toda a base de dados associada a este trabalho pode ser solicitada.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

Ilha do Campeche
Allan Carvalho, 2025

PLANOS DISTRITAIS

Caderno Síntese: Diagnóstico

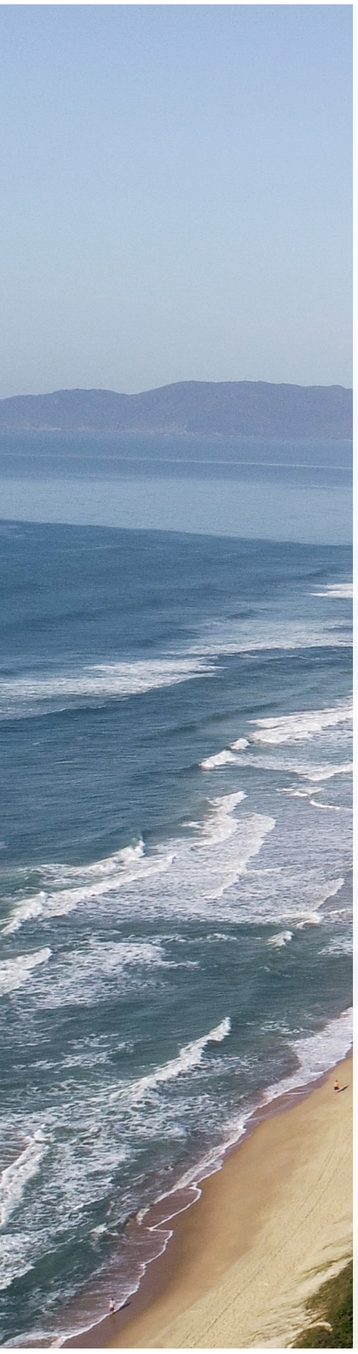
SOBRE ESTE CADERNO

Um bom planejamento começa por um bom diagnóstico. Antes de propor diretrizes, é preciso entender como cada distrito de Florianópolis se formou, como cresce e quais pressões enfrenta sobre seu território.

Este é o primeiro de uma série de Cadernos Síntese dedicados ao Diagnóstico dos Planos Distritais. Cada volume reúne, de forma didática, os principais dados demográficos, ambientais, de infraestrutura e de uso do solo de um distrito específico — organizados para apoiar tanto a equipe técnica da Prefeitura quanto a população em geral na leitura do território.

Neste volume, o olhar se volta para o distrito do Campeche: sua evolução recente, sua densidade, suas Unidades Espaciais de Planejamento e os desafios que se colocam para os próximos ciclos de planejamento. As análises aqui apresentadas servirão de base técnica para a formulação dos planos distritais previstos no Plano Diretor vigente.

Kaliu Teixeira
Subsecretário de Planejamento e Inteligência Urbana



Equipe Técnica

Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SMPHDU

Elisa de Oliveira Beck
Arquiteta e Urbanista

Maíra Mesquita Maciorowski
Arquiteta e Urbanista

Mauricio Back Westrupp
Engenheiro Civil

Marcela dos Reis Costa
Arquiteta e Urbanista

Luciano Santana Portella
Arquiteto e Urbanista

Cibele Assmann
Arquiteta e Urbanista

Cleidir Eidelwein Bicca
Geógrafo

Laura Kochenborger
Arquiteta e Urbanista

Kelly Cristina Vieira
Assistente Social

Ricardo Carvalho
Economista

Júlia Paegle
Engenheira Civil

Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM

Alexandre Félix
Geógrafo

Tuanny Borba de Freitas
Geóloga

Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável - SMMADS

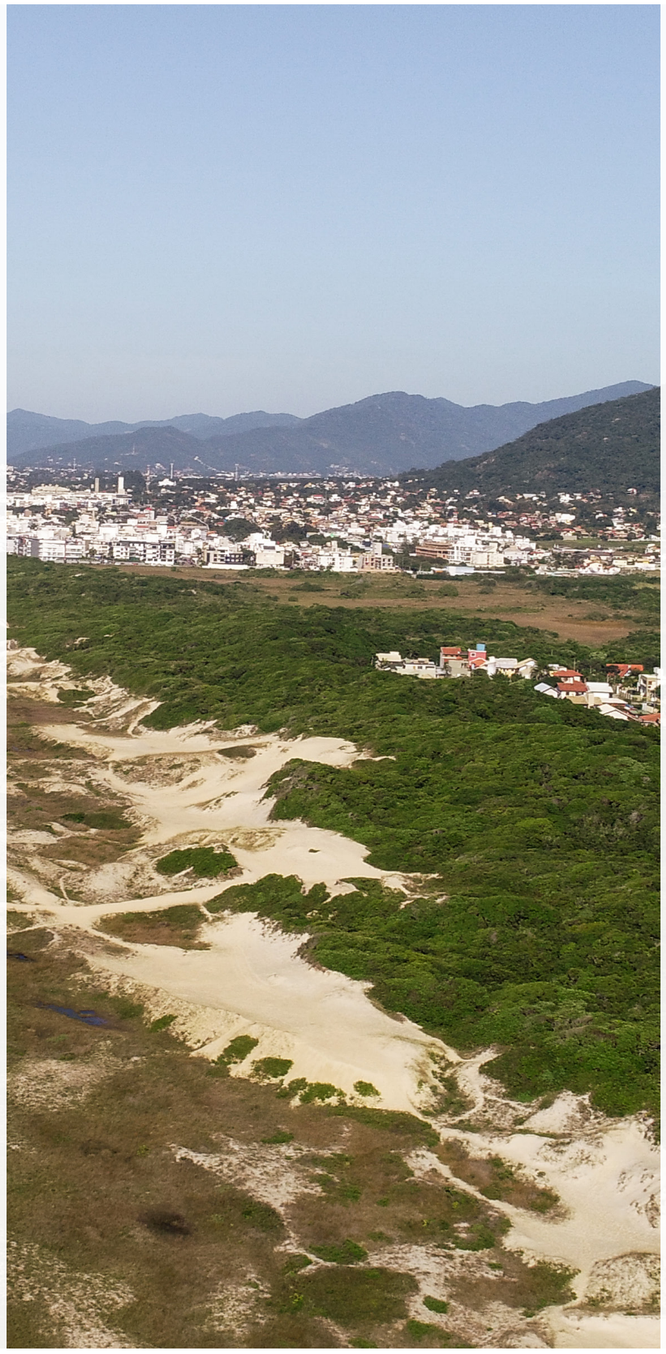
Karina da Silva de Souza
Engenheira Sanitarista e Ambiental

Ulisses Bianchini
Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade - SMI

Ricardo Junckes
Engenheiro Civil

Pablo Rhuan Ataíde Monteiro
Engenheiro Civil



Colaboração:

Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável - SMMADS

Cristina Moreira Lalau
Engenheira Sanitarista e Ambiental

Daiana Andréia Bastezini
Técnica Administrativa

Geovano Pedro Hoffmann
Geógrafo

Letícia Rech Debiase
Engenheira Sanitarista e Ambiental

Márcio Ishihara Furtado
Geógrafo

Simone da Silva Hillesheim
Engenheira Sanitarista e Ambiental

Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SMPHDU

Maria Tereza Falcão
Arquiteta e Urbanista
(membro da equipe até 2025)

Pedro Jablinski Castelhano
Arquiteto e Urbanista

Fundação Municipal do Meio Ambiente - FLORAM
Mariana Coutinho Hennemann
Bióloga

Jacques Krticka Carvalho
Eng. Agrônomo

Marcos Felipe Tomasi
Oceanógrafo

Priscilla Regina Tamioso
Bióloga

Estagiários:
Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SMPHDU

Caroline Branco
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Ramom Andrade
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

Chiara Giambelli
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo (até 2024)

Yasmin Cunegatto
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo (até 2025)

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade - SMI

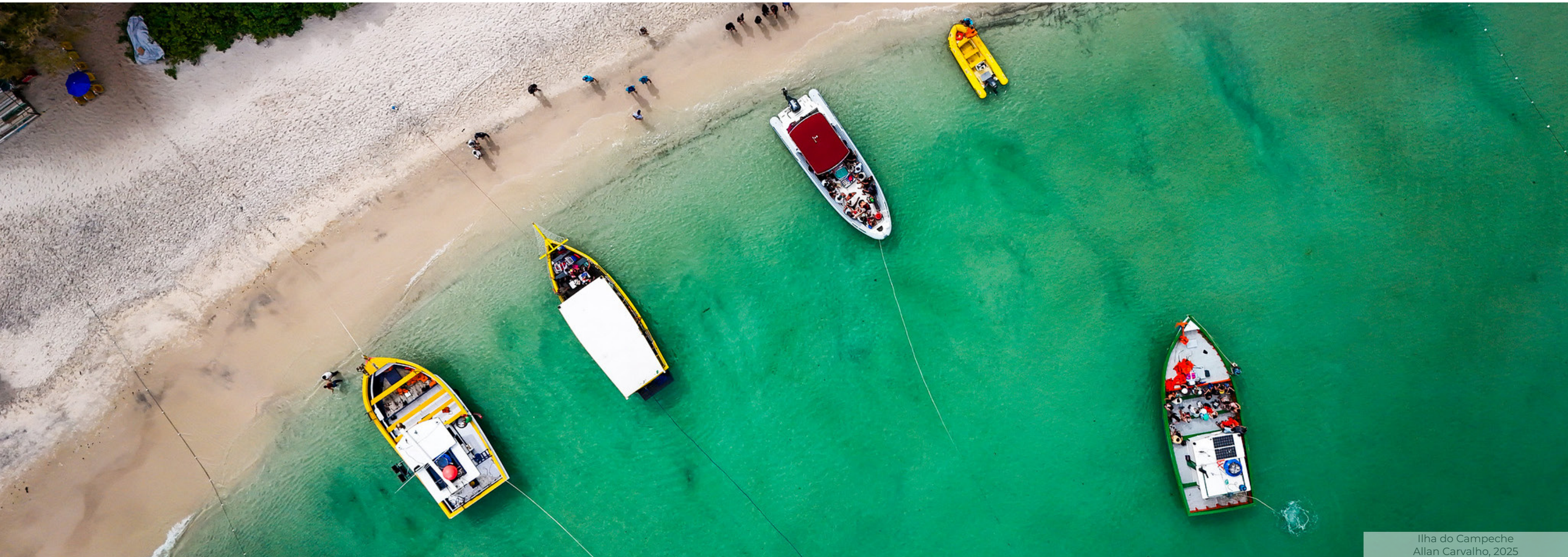
Chiara Pacheco Pettenon
Estagiária de Geografia



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 14
ASPECTOS NATURAIS E AMBIENTAIS 17
Geologia e geomorfologia 18
Hidrografia 20
Fauna e Flora 22
Áreas Prioritárias do PMMA 24
Uso da Terra 26
Mudanças Climáticas 28
Análises de Suscetibilidade e Riscos 30
ASPECTOS URBANÍSTICOS 33
Evolução Urbana 34
Uso e ocupação 36
Estrutura Fundiária 39
MOBILIDADE 41
Sistema Viário 43
Caminhabilidade 45
Acesso à Orla 47
Ciclabilidade 49
Transporte Coletivo 51
Segurança Viária 53
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS 55
Espaços livres de lazer 57
Equipamentos de Saúde 59
Equipamentos de educação 59
Imóveis Públicos 61
EQUIPAMENTOS URBANOS 63
Esgoto 65
Drenagem 67
Água 69
Resíduos 69
Paisagem 71
Patrimônio Cultural 73
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 75
Estimativas de incremento populacional 77
Dados Gerais 77
Análises Habitacionais 79
Turismo 81
Mercado Imobiliário 83
Economia 83

INTRODUÇÃO



Ilha do Campeche
Allan Carvalho, 2025

01
DIAGNÓSTICO

02
PROPOSTAS

03
PLANO

etapa 1.1
oficinas internas e externas - levantamento de dados

etapa 1.2
diagnóstico técnico

etapa 1.3
consulta pública

etapa 1.4
diagnóstico técnico comunitário e diretrizes

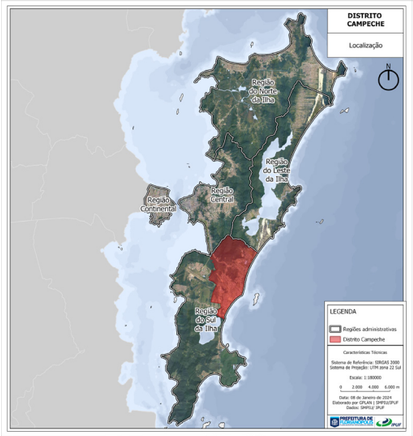
etapa 2.1
oficinas propositivas: cenários com base no diagnóstico técnico-comunitário e diretrizes

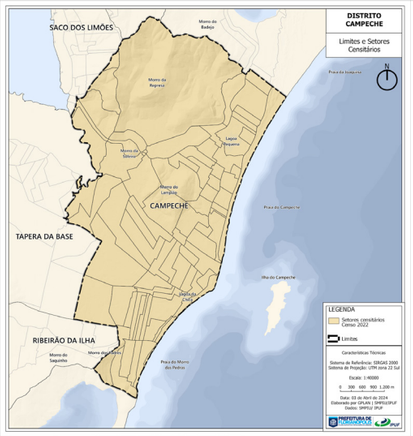
etapa 2.2
resultado das oficinas propositivas

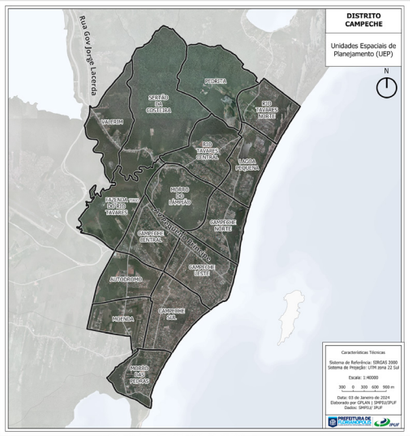
etapa 3.1
organização e sistematização do plano distrital

etapa 3.2
publicação do plano distrital (site) com ações, programas, projetos e diretrizes de ordenamento territorial

APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO







Área de **3.453,83** hectares

77 setores censitários

15 Unidades Espaciais de Planejamento

49.092 habitantes (IBGE, 2022)

Densidade demográfica **14,2** Hab/ha

3º maior distrito (atrás de Lagoa da Conceição e Pântano do Sul)

4º que mais cresceu no período
(atrás de Rio Vermelho, Ingleses e Ratones)

5º distrito mais populoso (atrás de Trindade, Estreito, Sede e Ingleses). Incremento de **54%** de 2010 para 2022

7º mais denso







ASPECTOS NATURAIS E AMBIENTAIS



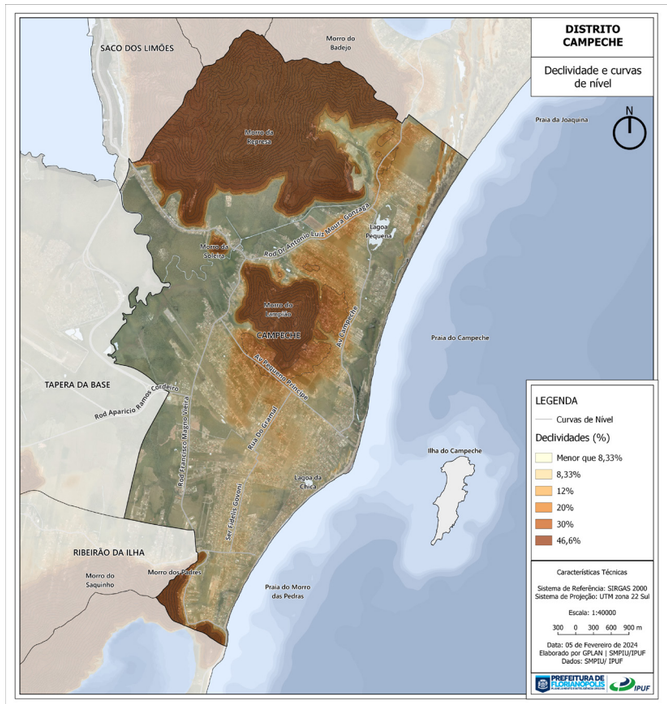
GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Prevenção e mitigação à erosão costeira

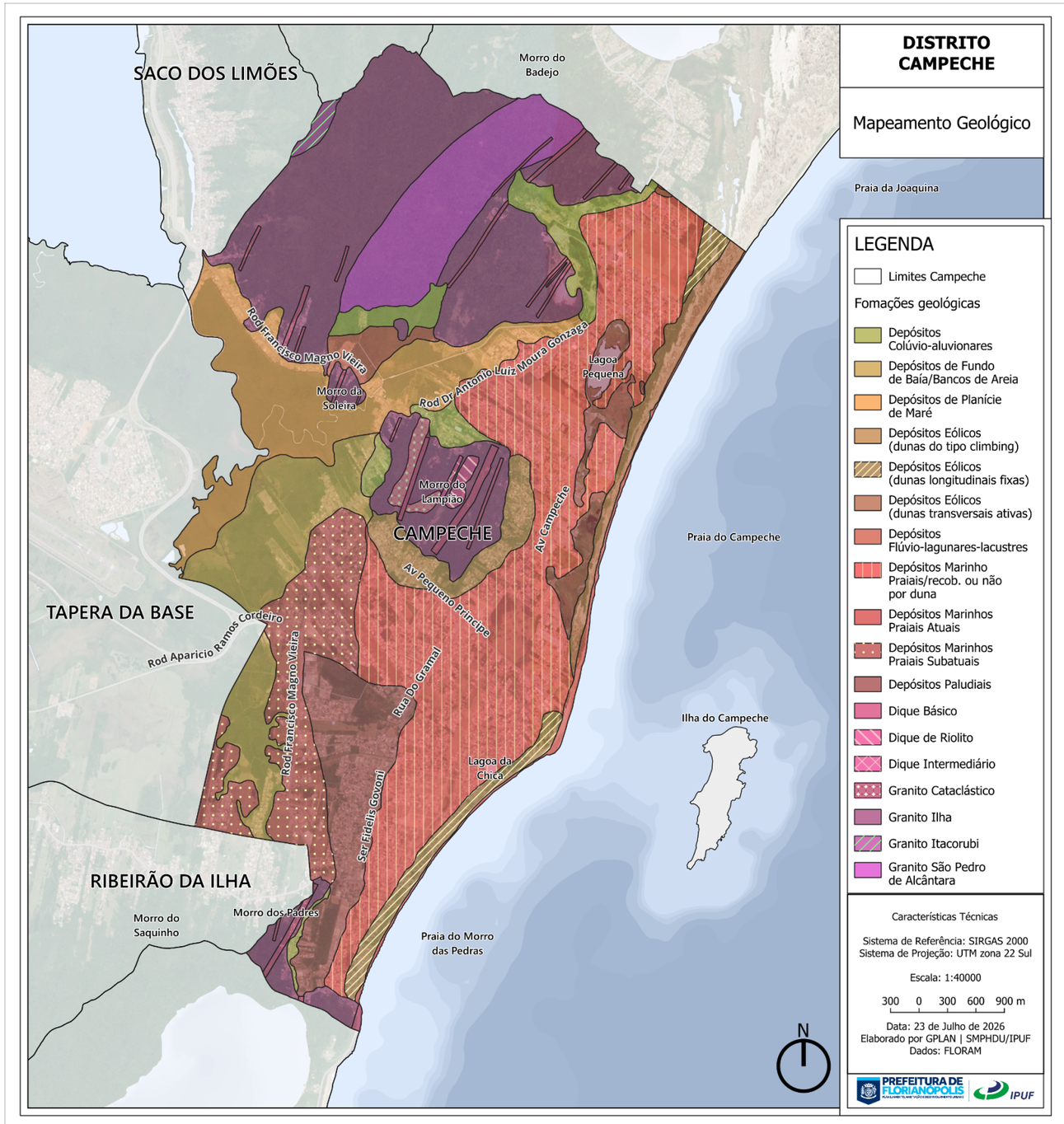
De acordo com as características morfoestruturais e geomorfológicas, o distrito Campeche apresenta as seguintes ocorrências:

* Domínio dos Embasamentos em Estilos Complexos, representado pela Unidade Geomorfológica Serras do Leste Catarinense (modelados de dissecação em morraria, até 300 m de altitude - Morro do Lampião - e modelados de dissecação em montanha, acima de 300 m de altitude - Maciços da Costeira e do Alto Ribeirão da Ilha); e,

* Domínio das Acumulações Recentes, representado pela Unidade Geomorfológica Planícies Costeiras (Áreas planas de acumulação moldadas pelos ambientes de deposição, pelas flutuações do Nível Médio do Mar - NMM - e pela intervenção humana ao longo do Período Quaternário).



A ação do mar sobre áreas costeiras degradadas, como praias, dunas e restingas, pode intensificar os processos de erosão costeira. Por isso, é importante controlar obras e outras intervenções nesses locais, evitando o agravamento do problema, reduzindo os riscos das casas serem levadas pelo mar e garantindo que as praias tenham largura suficiente para o público tomar banho de sol e mar.



HIDROGRAFIA

Proteção e Conservação Integrada do Aquífero Campeche, dos Recursos Hídricos Superficiais e das Áreas Úmidas

A rede hidrográfica do Campeche atua como um sistema integrado de elevada sensibilidade ambiental, transicionando do relevo cristalino para a planície arenosa:

- **Drenagem Superficial e Áreas Úmidas:** O Rio Tavares é o principal curso d'água, nascido nos morros do Sertão e Badejo e desaguando na Baía Sul através do Manguezal do Rio Tavares. A baixa declividade e a alta permeabilidade do solo favorecem a formação de banhados e corpos lacustres permanentes, com destaque para a Lagoinha Pequena e a Lagoa da Chica.

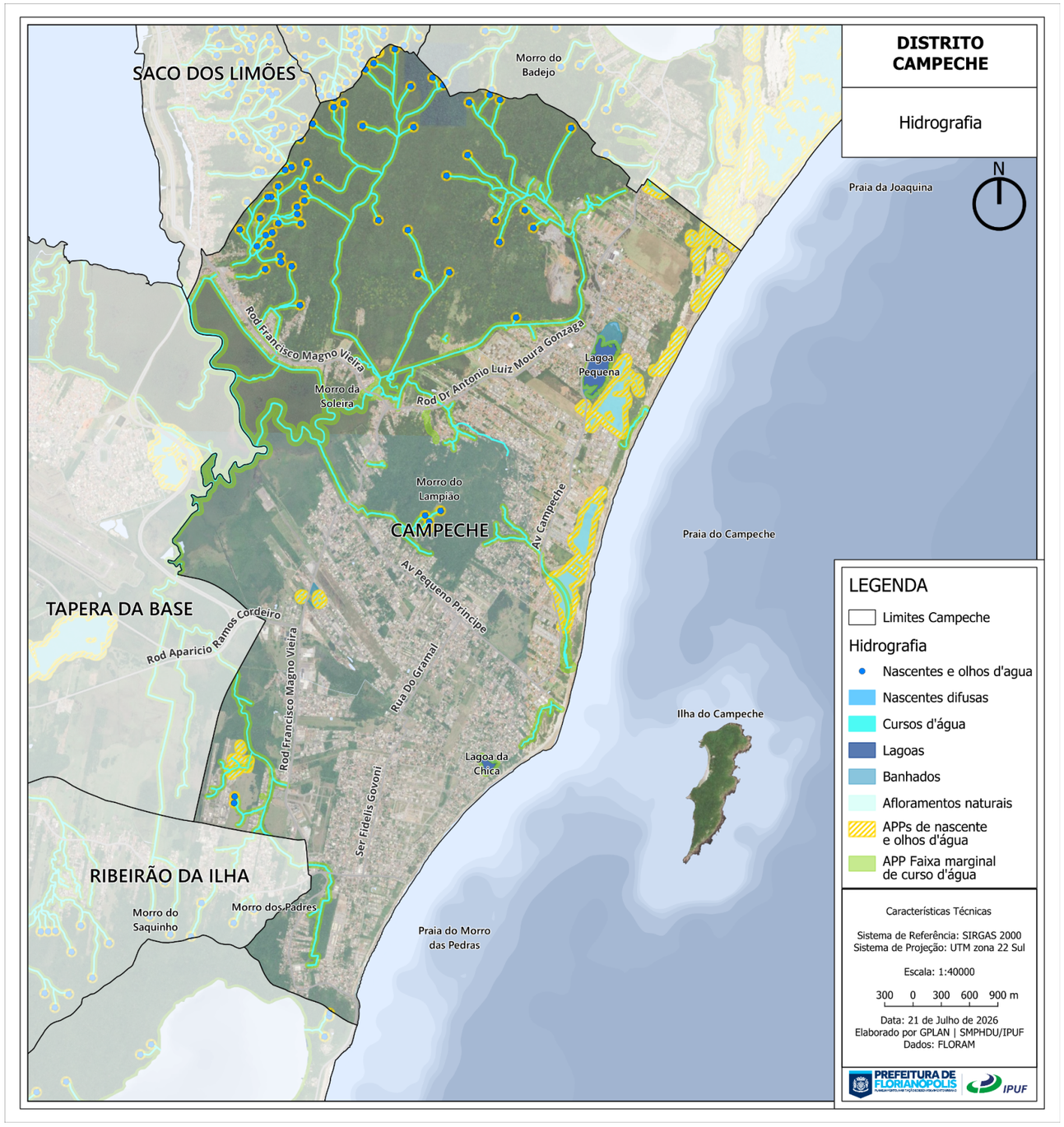
- **Sistema Subterrâneo (Aquífero Campeche):** Trata-se de um aquífero sedimentar costeiro de aproximadamente 40 km², caracterizado por ser raso, livre e de alta permeabilidade, o que confere extrema vulnerabilidade natural à contaminação.

Por se tratar de um aquífero sedimentar raso de extrema vulnerabilidade, a falta de saneamento básico, a contaminação por esgoto e a impermeabilização do solo ameaçam diretamente a qualidade da água subterrânea e o equilíbrio da rede de lagoas, banhados e do Rio Tavares.





Rio do Noca (Riozinho)
Acervo próprio, 20--



FAUNA E FLORA

Conservação da Biodiversidade, das Espécies Endêmicas, Raras e Ameaçadas e dos Ecossistemas Naturais e Controle de Espécies Exóticas Invasoras

O distrito Campeche abriga expressiva biodiversidade associada a remanescentes do bioma Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa, Manguezal, Restingas e áreas úmidas), funcionando como refúgio e corredor ecológico para a fauna insular:

- **Fauna de Relevância Conservacionista:** Ocorre expressiva avifauna (florestal, aquática e migratória), mamíferos nativos (quati, tamanduá-mirim, lontra) e répteis típicos de dunas, como o lagarto-das-dunas (Liolaemus occipitalis - VU). Destacam-se anfíbios de alta fragilidade, como a rã-de-vidro (Vitreorana uranoscopa - VU) e a rã-manezinha (Ischnocnema manezinho - endêmica e EN/estadual).
- **Flora e Tipologias Vegetais:** Mapeiam-se 7 classes de vegetação (Floresta Ombrófila Densa, Restinga Arbustiva/Arbórea, Restinga Fixadora de Dunas, Vegetação Higrófila, Banhados, Manguezal e Áreas Antropizadas). O território abriga espécies florais ameaçadas, como palmito-juçara (Euterpe edulis - VU), cedro-rosa (Cedrela fissilis - VU), canela-sassafrás (Ocotea odorifera - EN) e canela-preta (Ocotea catharinensis - CR).

A presença de espécies nativas ameaçadas de extinção, incluindo aquelas classificadas como em perigo ou criticamente em perigo, como a rã-manezinha (Ischnocnema manezinho) e a canela-preta (Ocotea catharinensis), reforça a necessidade de conservação e recuperação dos habitats de Mata Atlântica e Restinga. Paralelamente, a ocorrência de espécies exóticas invasoras da fauna, como os saguis (Callithrix spp.), e da flora, como Pinus spp., Eucalyptus spp. Casuarina spp., demanda ações de controle e manejo, visando reduzir seus impactos e evitar a degradação da biodiversidade e dos ecossistemas locais.



Rã-manezinha
Vítor de Carvalho Rocha, 2021



Lagarto-das-dunas
Paulo Barradas, 2009



Cuíca-de-cauda-grossa
Gustavo Fernando Brahamian, 2018



Gavião-pega-macaco
Josanel Sugasti, 2023



Myrciaria plinoides
Robson Carlos Avi - 2025

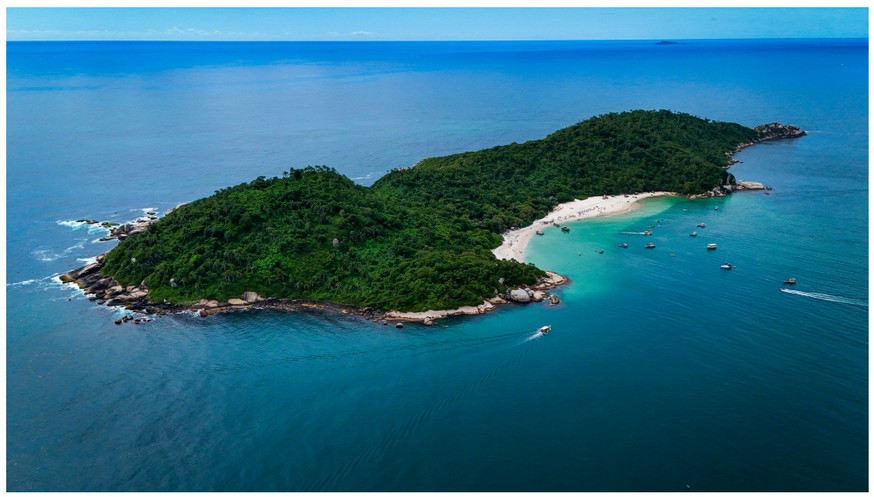
ÁREAS PRIORITÁRIAS DO PMMA

Manutenção e Fortalecimento dos Corredores Ecológicos e da Restinga Fixadora

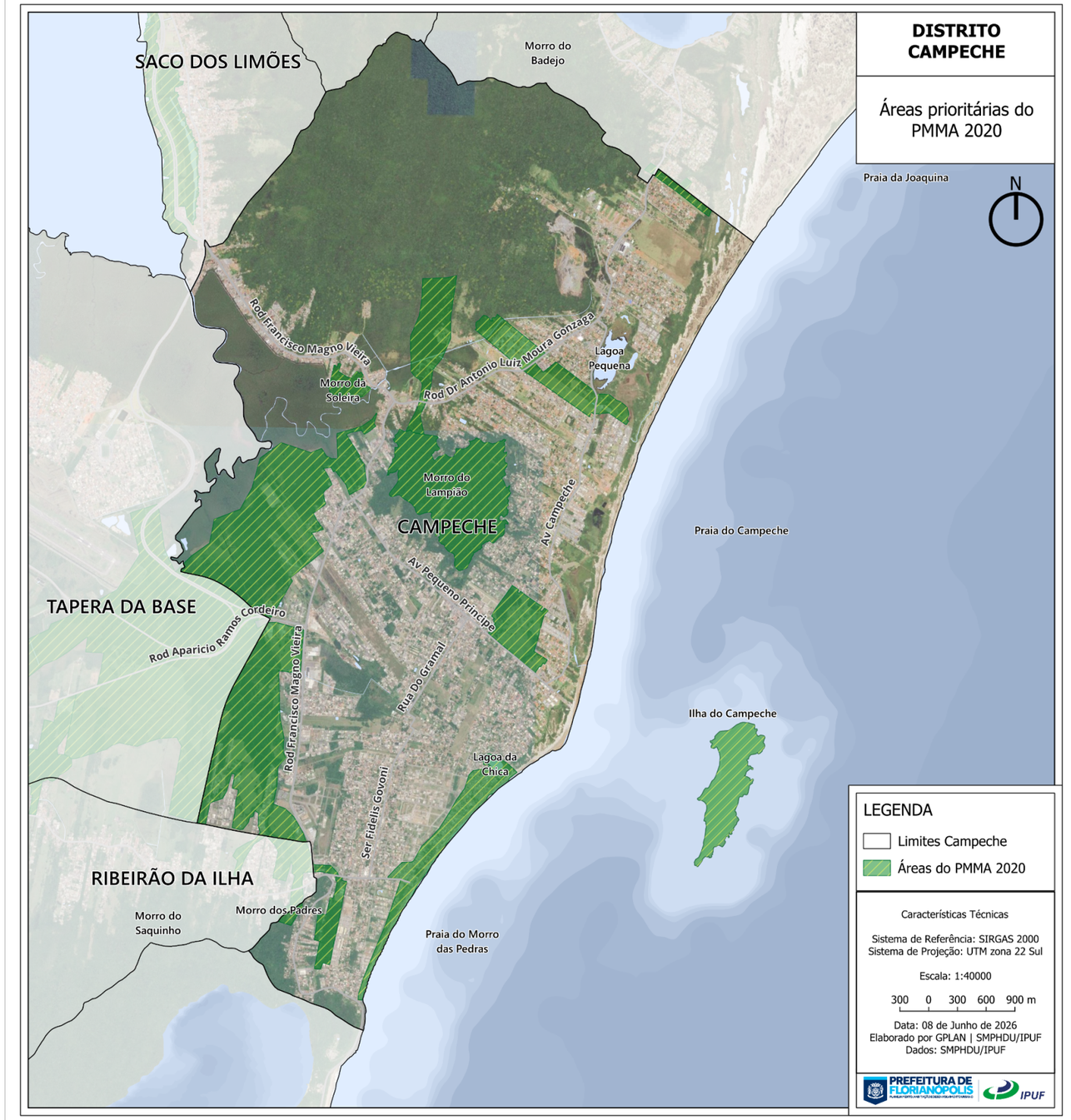
A conservação e o fortalecimento das áreas prioritárias do PMMA são fundamentais para conter a fragmentação do território e resguardar serviços ecossistêmicos essenciais:

* **Restinga Fixadora de Dunas e Planície de Restinga:** Unidades essenciais na contenção da erosão costeira, proteção contra ressacas, recarga/filtragem do Aquífero Campeche e controle natural de cheias em áreas de baixada.
* **Remanescentes Florestais e Maciços (Morro do Lampião e Soleira):** Agem no controle de processos gravitações e erosivos em encostas íngremes, na regulação microclimática e no abrigo da fauna.
* **Corredores Ecológicos e Ecossistemas Insulares:** A Planície Entre-mares e o Maciço da Costeira garantem a conectividade e o fluxo gênico da biodiversidade. Destaca-se ainda a Ilha do Campeche, de alta relevância para a biodiversidade costeiro-marinha e patrimônio arqueológico.

A conectividade funcional entre os ecossistemas insulares (como a Planície Entre-mares e os Maciços) é crucial para conter a fragmentação provocada pela expansão urbana e proteger os serviços ecossistêmicos de retenção de ressacas e controle de cheias.



Ilha do Campeche
Allan Carvalho, 2025



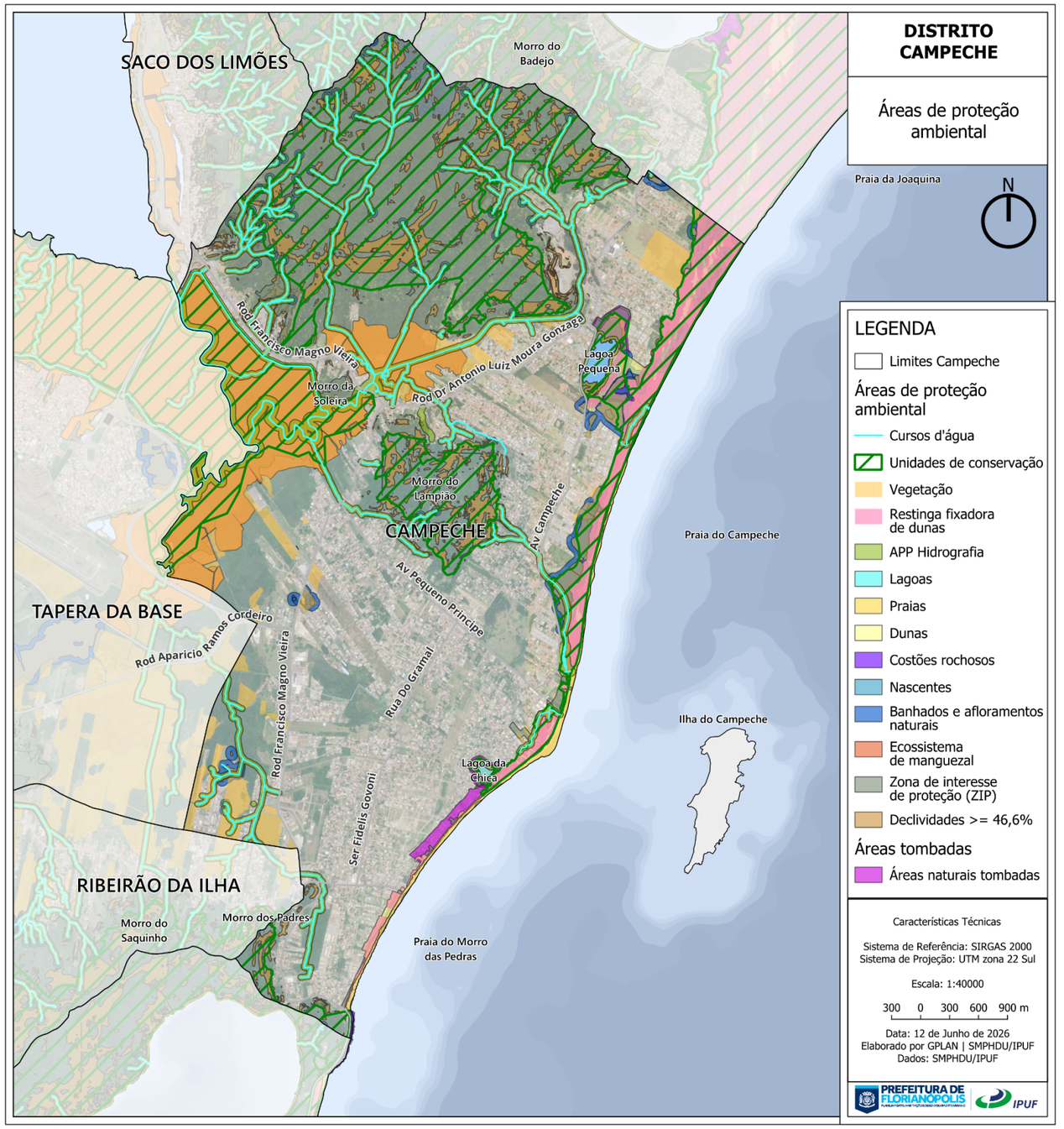
USO DA TERRA

Regularização e Fiscalização do Uso do Solo nas APPs e Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação (UCs)

O distrito Campeche possui uma malha de proteção ambiental estruturada por Unidades de Conservação (UCs) e Áreas de Preservação Permanente (APPs), cuja ocupação histórica irregular é a causa primária dos riscos ambientais locais:

* **Unidades de Conservação e Conectividade:** A região abriga cinco UCs — quatro municipais (PNM Maciço da Costeira, PNM Dunas da Lagoa da Conceição, MONA Lagoa do Peri e REVIS Morro do Lampião) e uma federal (RESEX Marinha do Pirajubaé) —, todas com Planos de Manejo recentes vigentes. As Zonas de Amortecimento (com faixas de 50 m a 500 m conforme o uso lindeiro) e os Corredores Ecológicos delimitados são vitais para mitigar o isolamento de habitats e conter o avanço urbano.
* **Áreas de Preservação Permanente (APPs):** Amparadas pela legislação federal (Lei nº 12.651/2012) e municipal (LC nº 482/2014), englobam dunas, restingas, manguezais, banhados, cursos d'água, lagos, nascentes, encostas íngremes e costões.

O histórico de ocupação desordenada sobre dunas, restingas, banhados, encostas e margens de rios é a causa direta do agravamento da erosão costeira, do aumento da suscetibilidade da população vulnerável a eventos de deslizamentos de encostas e a inundações/alagamentos, bem como da degradação ambiental no distrito; é indispensável garantir o cumprimento das restrições ambientais das APPs e dos Planos de Manejo das UCs.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Adaptação Urbana Baseada na Natureza para Eventos Climáticos Extremos

A região apresenta uma tendência consolidada de intensificação de eventos climáticos extremos — com maior frequência de precipitações volumosas, enxurradas, ressacas e elevação gradual do nível do mar:

* **Fatores de Amplificação do Risco:** No distrito Campeche, esse cenário é agravado pela combinação da ocupação urbana acelerada com a impermeabilização do solo e a supressão de vegetação nativa. Essa soma potencializa os riscos de instabilidade em encostas, alagamentos recorrentes em áreas planas e severa erosão da franja costeira.

* **Infraestrutura Natural como Resposta:** Ecossistemas como banhados, dunas, restingas e florestas de encosta atuam como amortecedores naturais, desempenhando papel crucial na retenção de águas pluviométricas, dissipação da energia de ressacas e estabilização de encostas.

A tendência de aumento na frequência de eventos extremos como enxurradas, precipitações intensas e elevação do nível do mar exige o uso da infraestrutura natural (banhados/áreas úmidas e vegetação) como solução de mitigação e retenção de águas pluviométricas e contenção do avanço do mar.



Erosão costeira
Acervo próprio, 2020



Vegetação de restinga
Acervo próprio, 2022



Banhado no distrito
Acervo próprio, 2020

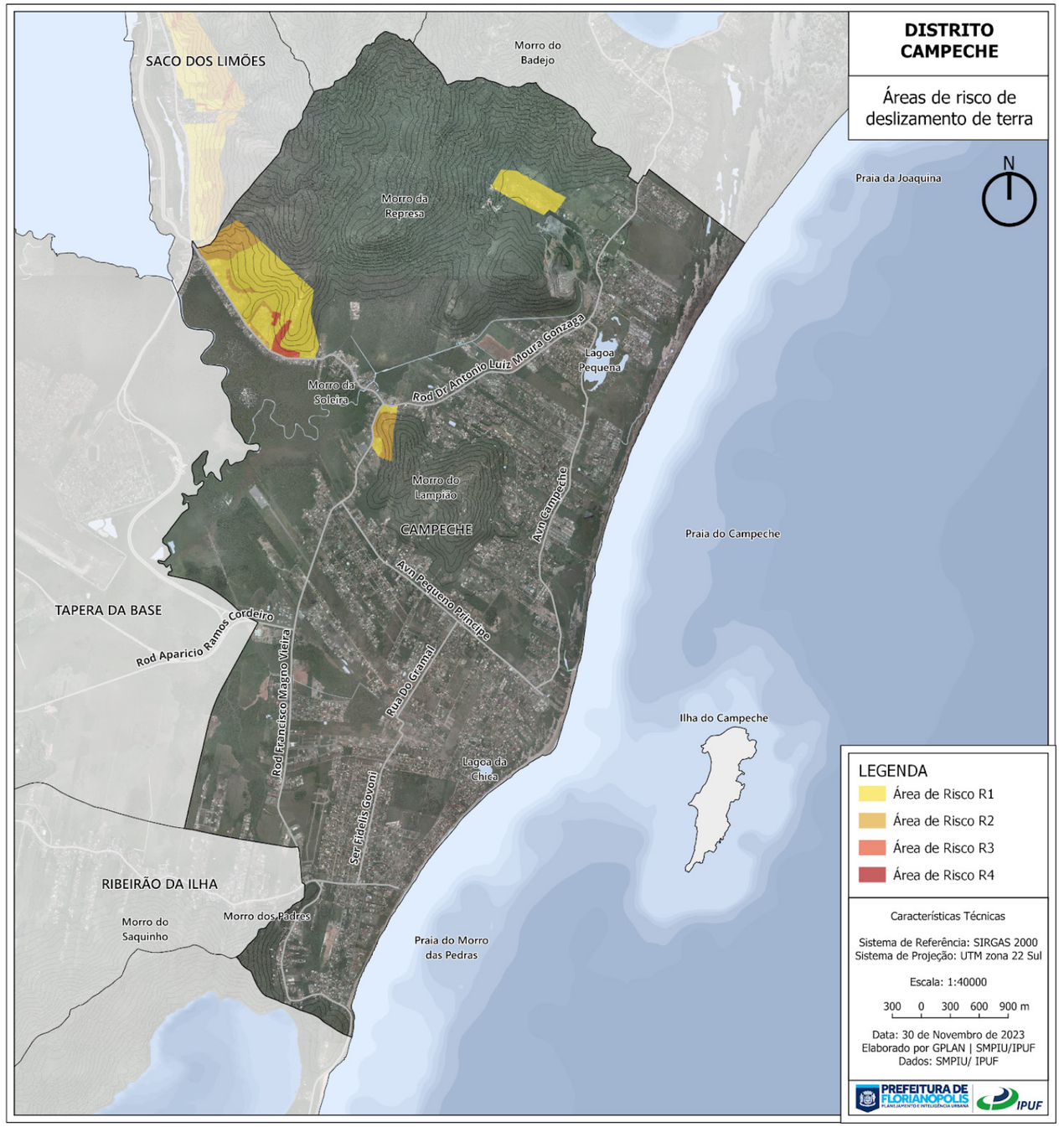
ANÁLISES DE SUSCETIBILIDADE E RISCOS

Gestão Preventiva e Obras de Mitigação de Risco em Áreas Habitadas (Morro do Lampião e Morro da Represa)

O mapeamento de vulnerabilidade física do distrito aponta para a ocorrência de riscos geológicos e geotécnicos concentrados nas encostas habitadas de maior declividade e cotas elevadas:

- **Mapeamento de Setores Críticos (PMRR):** O Plano Municipal de Redução de Riscos identifica níveis de Risco 1, 2 e 3 no Morro da Represa (suscetível a deslizamentos, rolamento de blocos rochosos e recalque de solo) e níveis de Risco 1 e 2 no Morro do Lampião (risco de deslizamentos e rolamento de blocos).
- **Tipologias de Intervenção:** O quadro exige uma abordagem combinada entre intervenções estruturais (obras de contenção geotécnica e drenagem de encostas) e medidas não estruturais (normatização do uso do solo, monitoramento contínuo e comunicação social de risco).

Áreas já ocupadas sob risco de deslizamento, recalque e rolamento de blocos demandam monitoramento sistemático, obras estruturais geotécnicas e a aplicação rigorosa das diretrizes do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).



ASPECTOS URBANÍSTICOS



EVOLUÇÃO URBANA

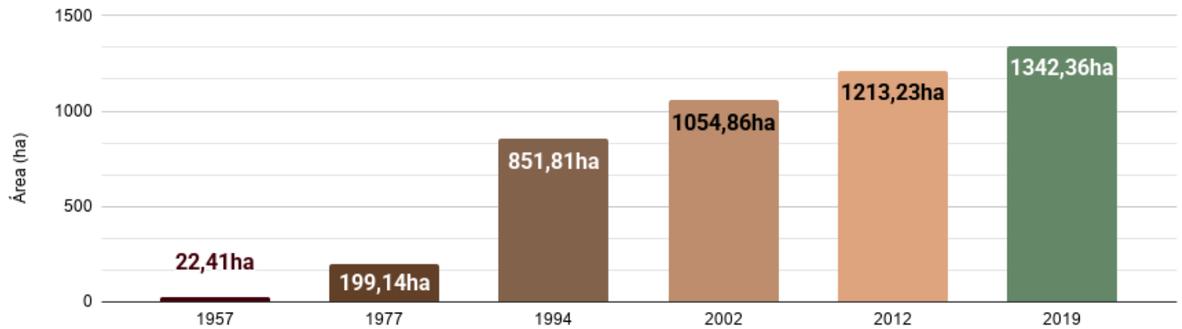
Fortalecimento e Institucionalização da Gestão Democrática e Participativa

O processo de formação urbana do distrito Campeche reflete o rápido espraiamento da mancha sobre ecossistemas frágeis, historicamente contrabalançado por uma forte tradição de organização Comunitária:

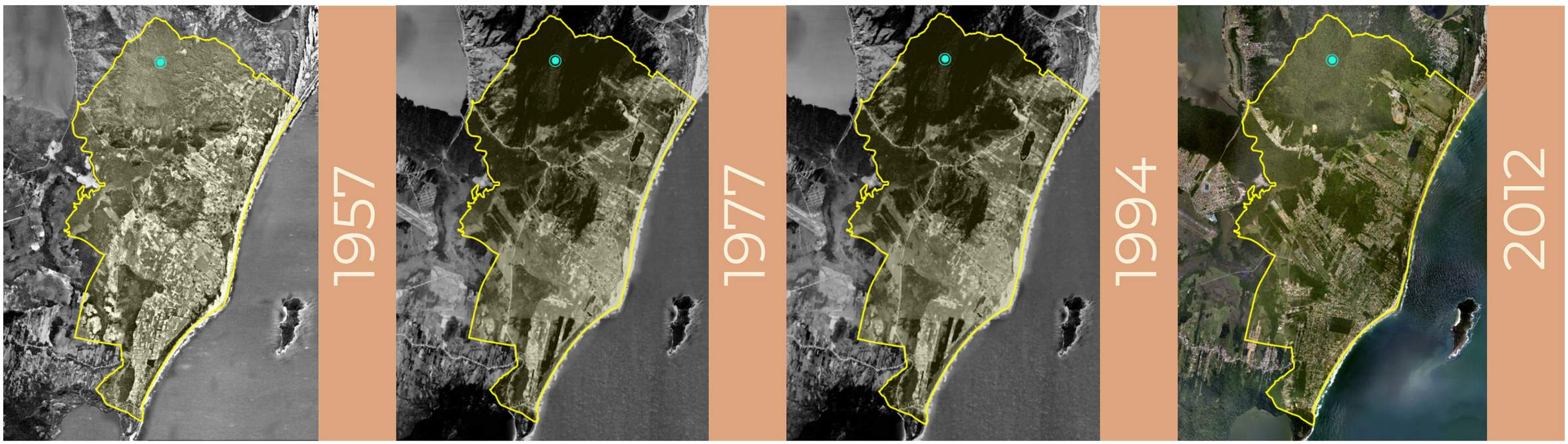
* Dinâmica da Mancha Urbana: A expansão histórica caracterizou-se pela dispersão territorial, demandando uma articulação permanente entre o atendimento às demandas comunitárias por infraestrutura e a preservação dos atributos ambientais locais.

* Construção Sociocomunitária: O distrito possui um histórico singular de engajamento social na discussão do planejamento territorial, reconhecido pelo amadurecimento do exercício da cidadania e do planejamento participativo na definição dos rumos do bairro.

Diante do histórico de construção sociocomunitária no Campeche, é indispensável **manter e aprimorar os mecanismos formais de participação cidadã nas decisões de planejamento territorial**, garantindo legitimidade e maturidade comunitária nas transformações urbanas.



Evolução da Mancha Urbana
Elaboração própria



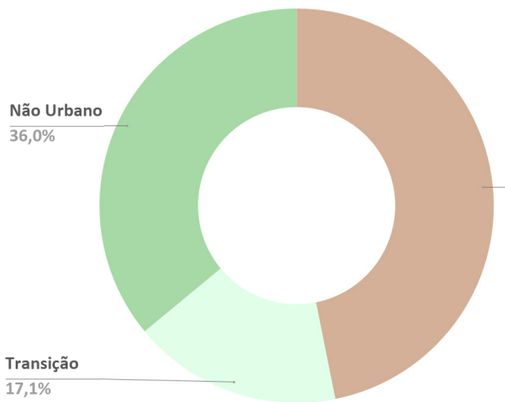
USO E OCUPAÇÃO

Compatibilização do Adensamento/Gabaritos com a Capacidade de Suporte e Infraestrutura (Aquífero e Drenagem)

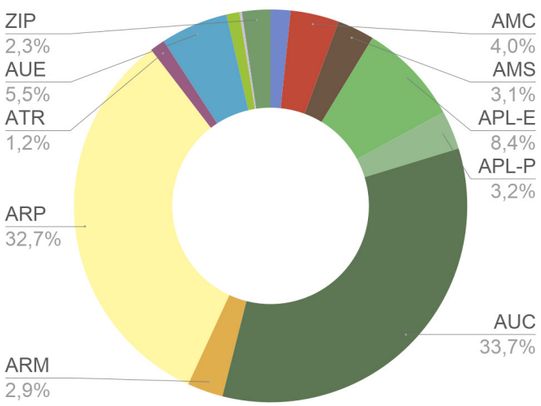
A estrutura de uso do solo do Campeche combina uma expressiva área residencial, baixo grau de consolidação física e novas condicionantes normativas de adensamento:

- **Divisão Territorial e Zoneamento:** As Macroáreas de Uso Urbano representam 46,9% do distrito (frente à média municipal de 30,5%), enquanto as de Transição somam 17,1% e as Não Urbanas 36%. Predomina o zoneamento de Área Residencial Predominante (ARP), correspondendo a quase 70% da área urbana.
- **Morfologia, Gabarito e Subsolo:** A baixa verticalização histórica (2 a 3 pavimentos) é alterada com a inclusão das Áreas de Desenvolvimento Incentivado (ADI), elevando o gabarito para 3 a 5+ pavimentos (acumuláveis via incentivos). O Plano Diretor autoriza ainda até 100% de ocupação do solo nos subsolos nessas áreas.
- **Consolidação e Eixos:** O distrito apresenta baixo grau de consolidação (80% da área com taxa inferior a 40% e quase 30% de lotes vagos), com centralidades estruturadas ao longo da Av. Pequeno Príncipe, Rod. SC-406, Av. Campeche, Rua Auroreal e Rod. SC-405.

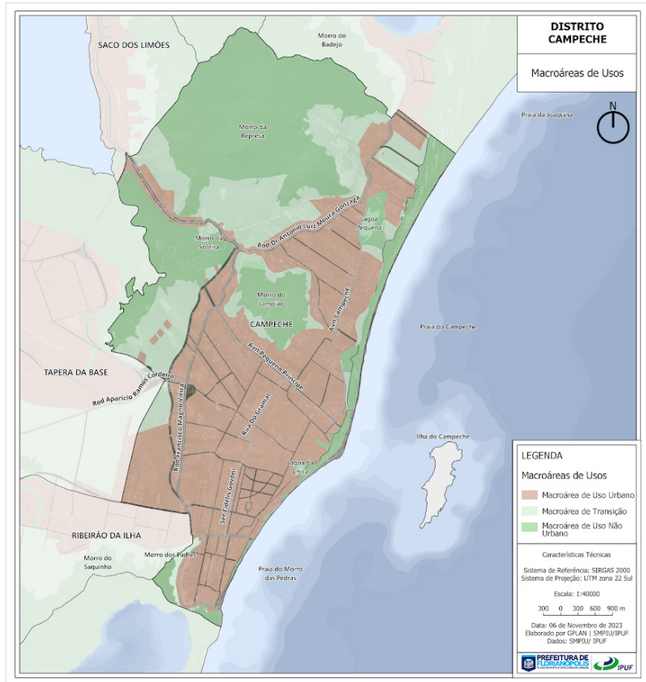
O aumento do gabarito (de 2-3 para 3-5+ pavimentos via ADIs) e a permissão de ocupação total do subsolo representam um alto risco para o lençol freático e para a retenção de águas em uma região predominantemente residencial, com baixa consolidação e historicamente sujeita a alagamentos.

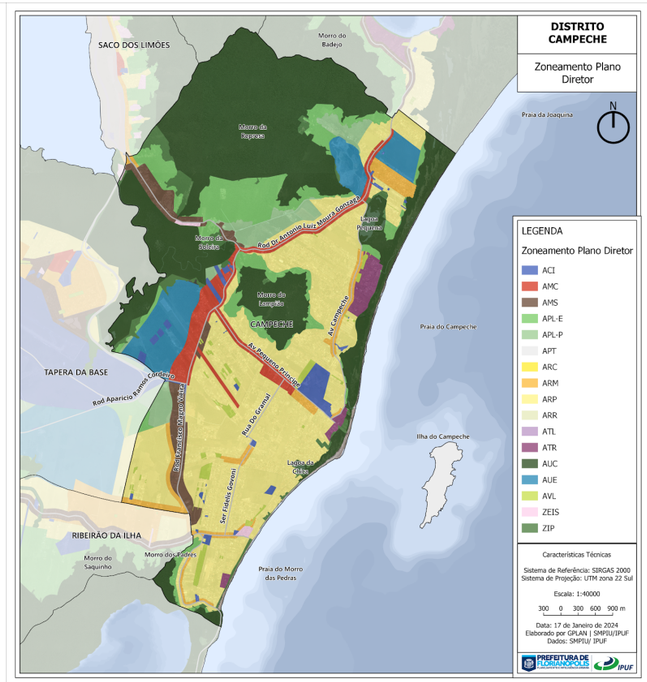


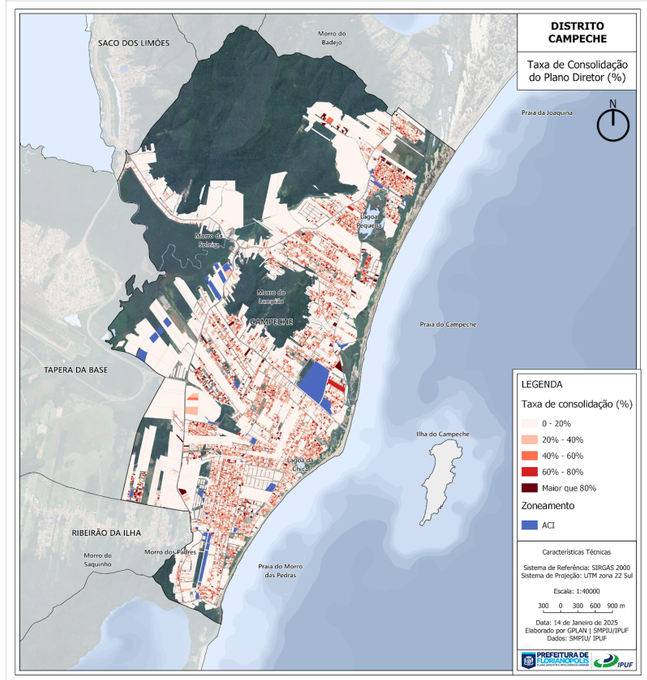
Macroáreas de usos
Elaboração própria

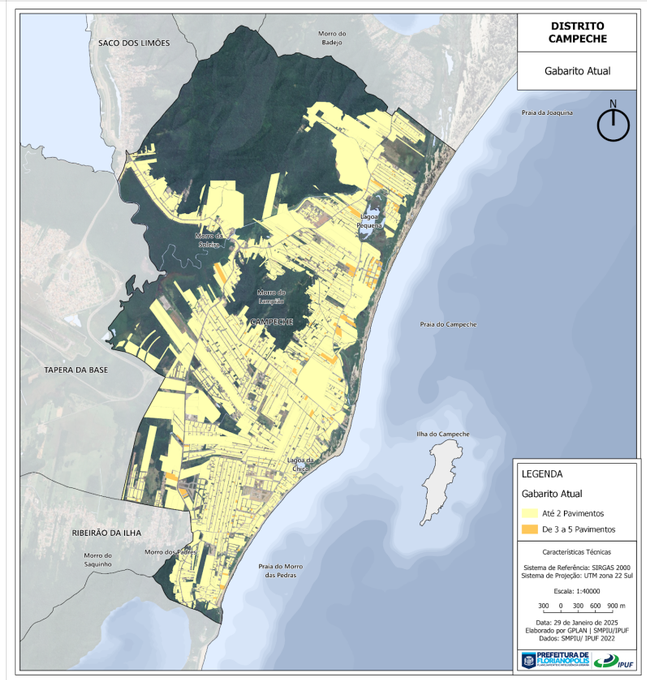


Zoneamento Plano Diretor
Elaboração própria









ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Regularização Fundiária (REURB) e Ordenamento do Parcelamento de Grandes Glebas

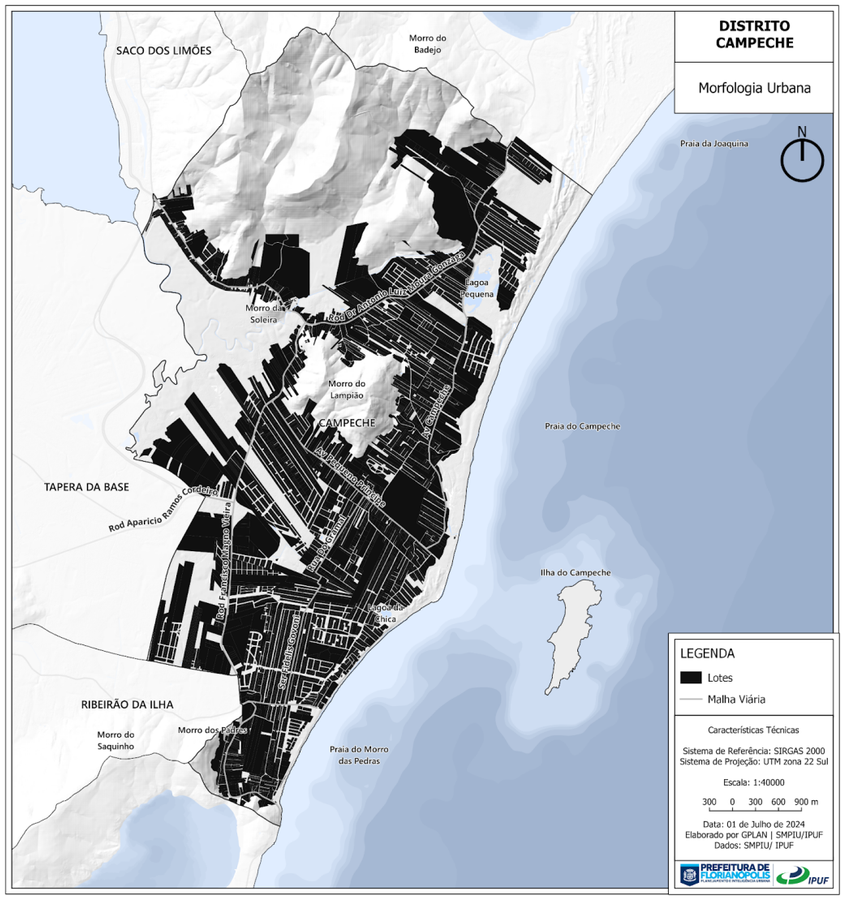
A estrutura fundiária revela um padrão de urbanização marcado pela **alta informalidade e pela coexistência de microlotes** com grandes glebas subaproveitadas:

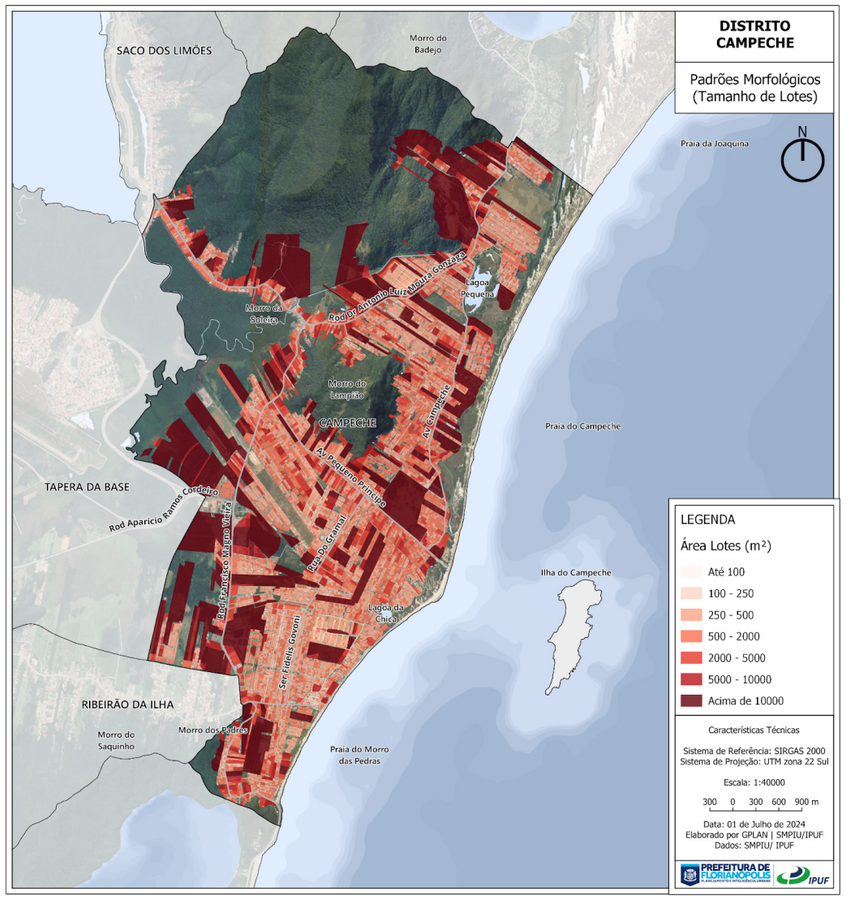
* **Índices de Irregularidade:** O distrito apresenta cerca de 72,8% de sua área urbana em situação de informalidade fundiária (PMF), registrando o segundo maior índice do município. O quadro é agravado pelo fracionamento clandestino em lotes inferiores a 250 m² fora dos padrões urbanísticos adequados (12,4% dos lotes).

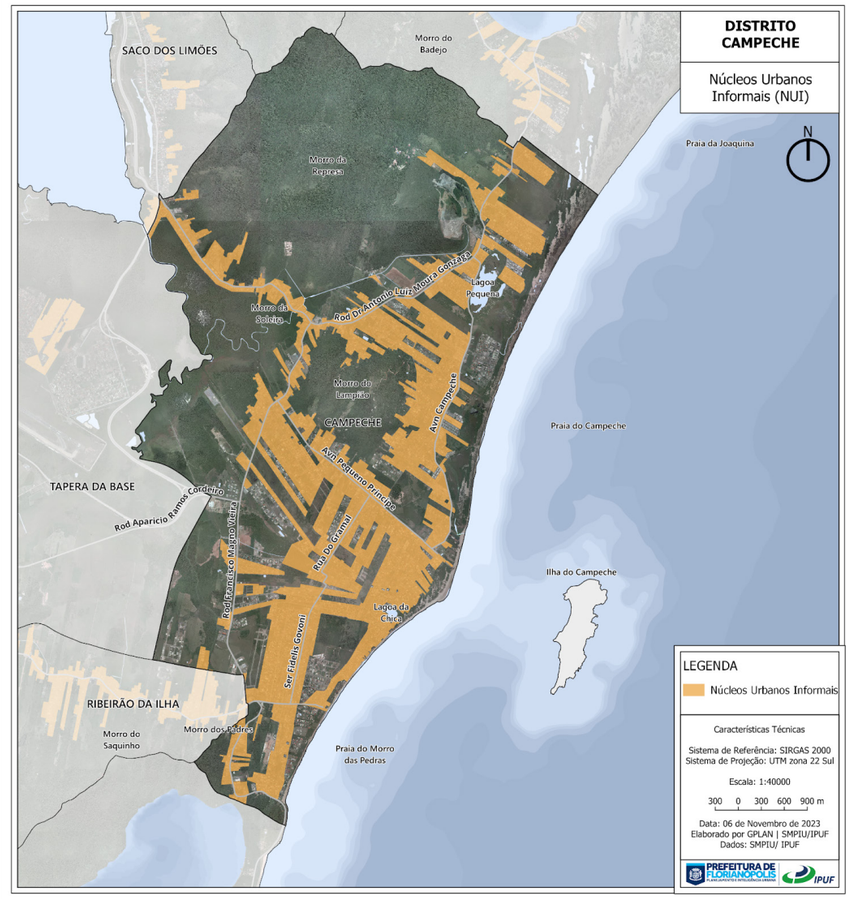
* **Glebas Não Parceladas e Potencial:** Coexistem grandes glebas não parceladas superiores a 10.000 m² (que representam **40,97%** da área total de lotes). Mapeiam-se 205,6 hectares em glebas com condições favoráveis ao parcelamento regular.



Com **72,91% da área urbana em situação de irregularidade** (o **2° maior** índice do município) e mais de 200 hectares de grandes glebas potenciais para parcelamento, é urgente conter o fracionamento clandestino de microlotes e induzir um parcelamento do solo estruturado e regularizado.







MOBILIDADE



SISTEMA VIÁRIO

Adequação da Seção Transversal e Organização de Acessos nas Rodovias e Vias Estruturantes

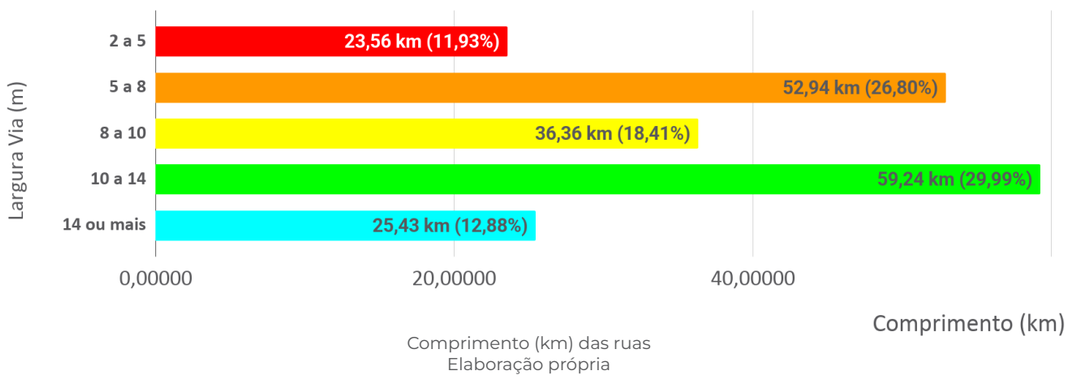
A malha viária do distrito Campeche apresenta expressivas limitações geométricas e operacionais, agravadas pela concentração do tráfego motorizado e pela falta de infraestrutura de suporte nas vias principais:

* **Geometria e Caixas Viárias:** 57% das vias possuem largura total inferior a 10,00 m, e a seção transversal das vias estruturantes representa, em regra, menos de um terço da caixa projetada. Trechos das Avenidas Pequeno Príncipe e Campeche contam com recuos de muro executados, porém sem o devido alargamento viário, subutilizando a área pública.

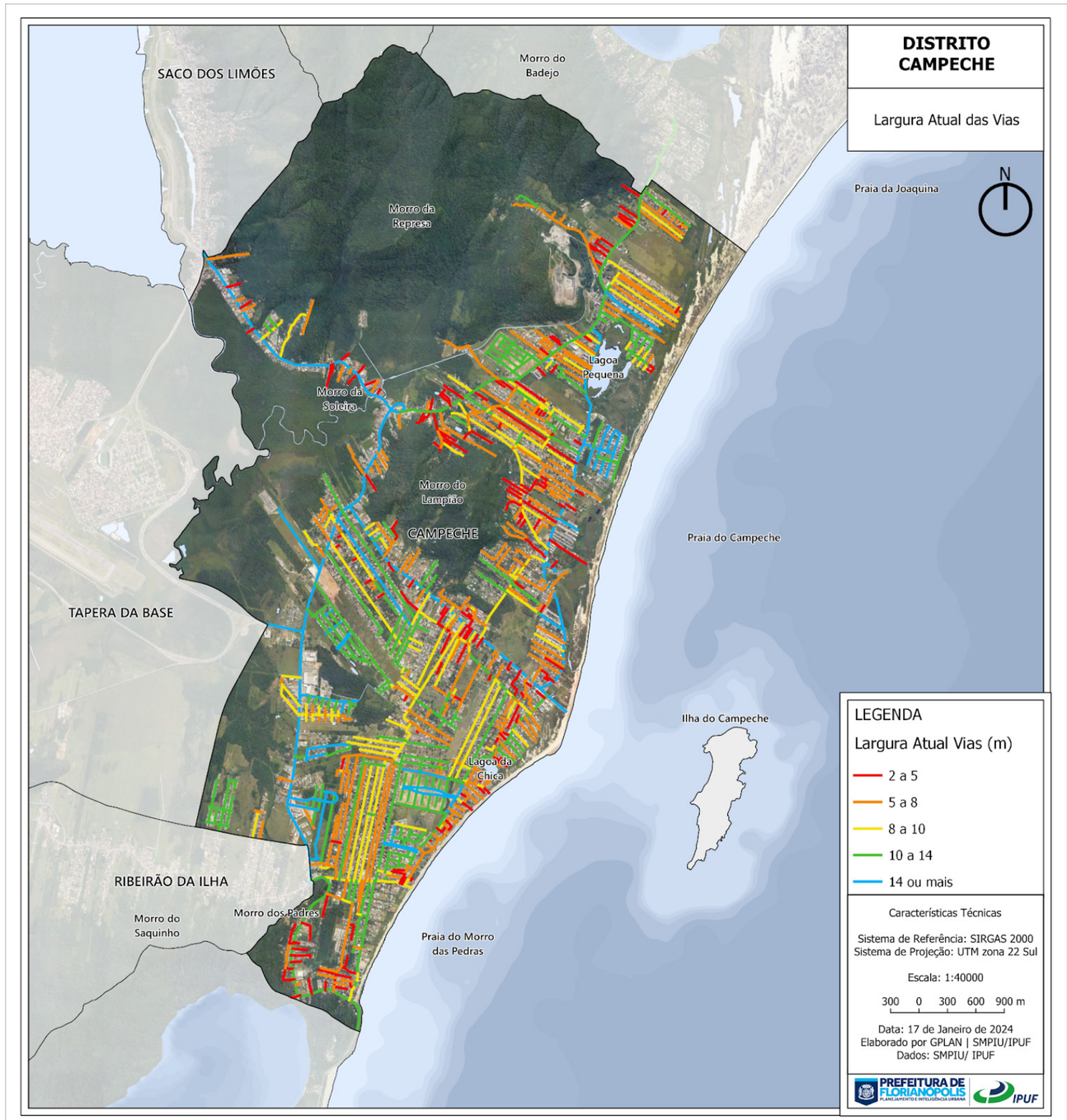
* **Conflitos e Insegurança nas Rodovias (SC-405 e SC-406):** As rodovias estaduais sofrem com a falta de canteiros centrais, retornos e barreiras físicas. Isso induz conversões proibidas através da faixa oposta para acesso a comércios e servidões, gerando graves riscos de acidentes. Soma-se a isso a escassez de calçadas, o estacionamento irregular nas margens e pontos de conflito com a ciclofaixa bidirecional da SC-406 em cruzamentos e áreas de embarque/desembarque.

* **Saturação no Eixo Principal:** A Av. Pequeno Príncipe, por atuar como principal centralidade e possuir apenas uma faixa por sentido sem áreas dedicadas para conversão, registra lentidão crônica, atingindo velocidades médias de apenas 17 km/h no pico da tarde (sentido centro-bairro).

Mais de 50% das vias possuem caixa inferior a 10m e os recuos existentes não foram consolidados. Além disso, a falta de barreiras, canteiros ou áreas de conversão nas rodovias (SC-405 e SC-406) gera manobras proibidas e acidentes fatais.



Comprimento (km) das ruas
Elaboração própria



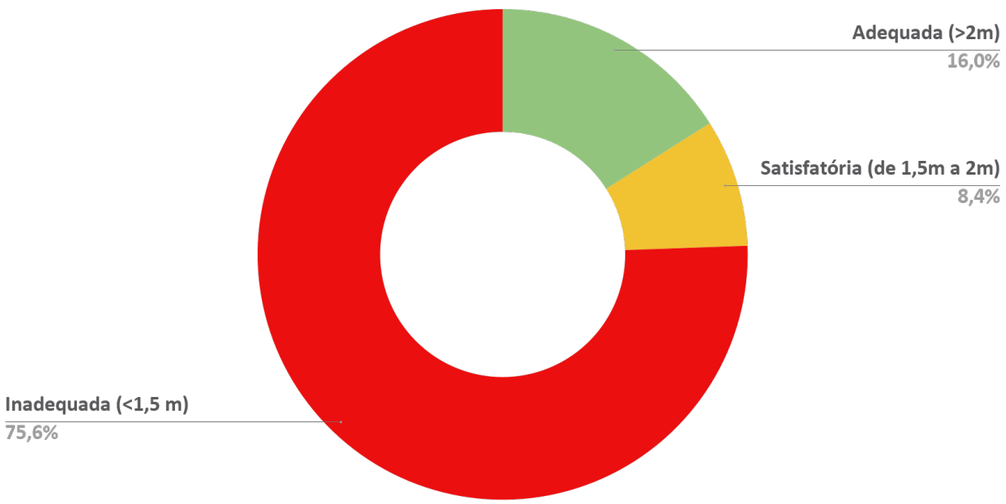
CAMINHABILIDADE

Adequação de Calçadas e Rompimento do Isolamento das Quadras Longas

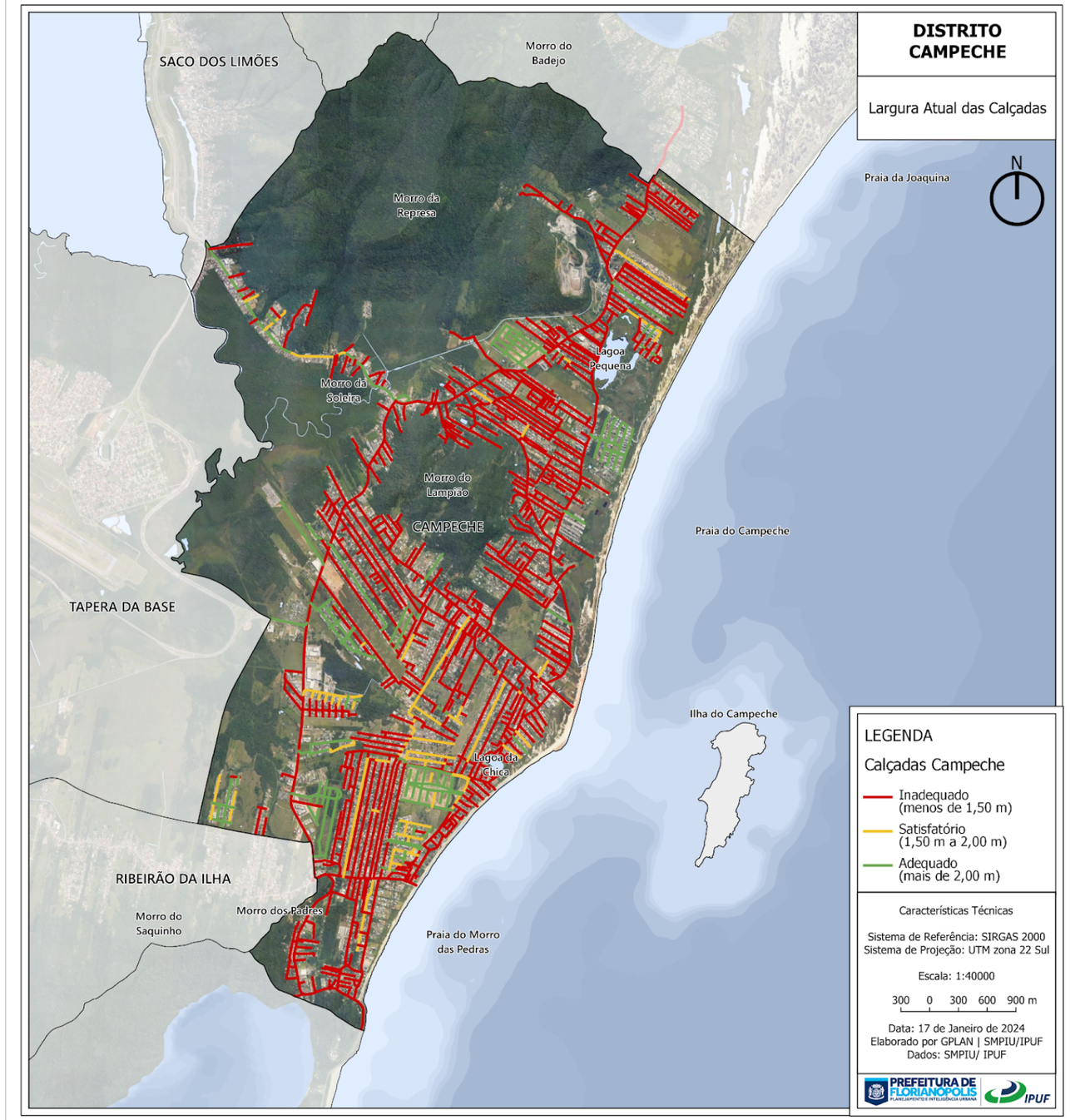
Os deslocamentos a pé no distrito são severamente desestimulados pela inadequação dimensional dos passeios públicos e pelo desenho urbano pautado por quadras extensas e impermeáveis:

- **Dimensão das Calçadas:** Mais de 75% das vias do distrito apresentam calçadas com largura útil inferior a 1,50 m, descumprindo parâmetros mínimos de acessibilidade universal e impondo insegurança aos pedestres.
- **Barreiras de Permeabilidade Urbana:** A malha viária possui configuração ineficiente, onde 67,7% das ruas têm extensão superior a 500 metros sem qualquer conexão transversal — sendo que quase 70% destas ultrapassam 1 km de comprimento contínuo. Esse padrão força grandes desvios e prolonga excessivamente os percursos a pé.
- **Conforto Térmico:** A ausência sistemática de arborização urbana nas vias agrava a insolação direta e reduz a qualidade ambiental dos trajetos pedonais.

Mais de 75% das calçadas têm menos de 1,50m e quase 70% das vias têm mais de 500m sem travessias transversais, o que força longos desvios e desestimula totalmente o deslocamento a pé.



Calçadas inadequadas
Elaboração própria



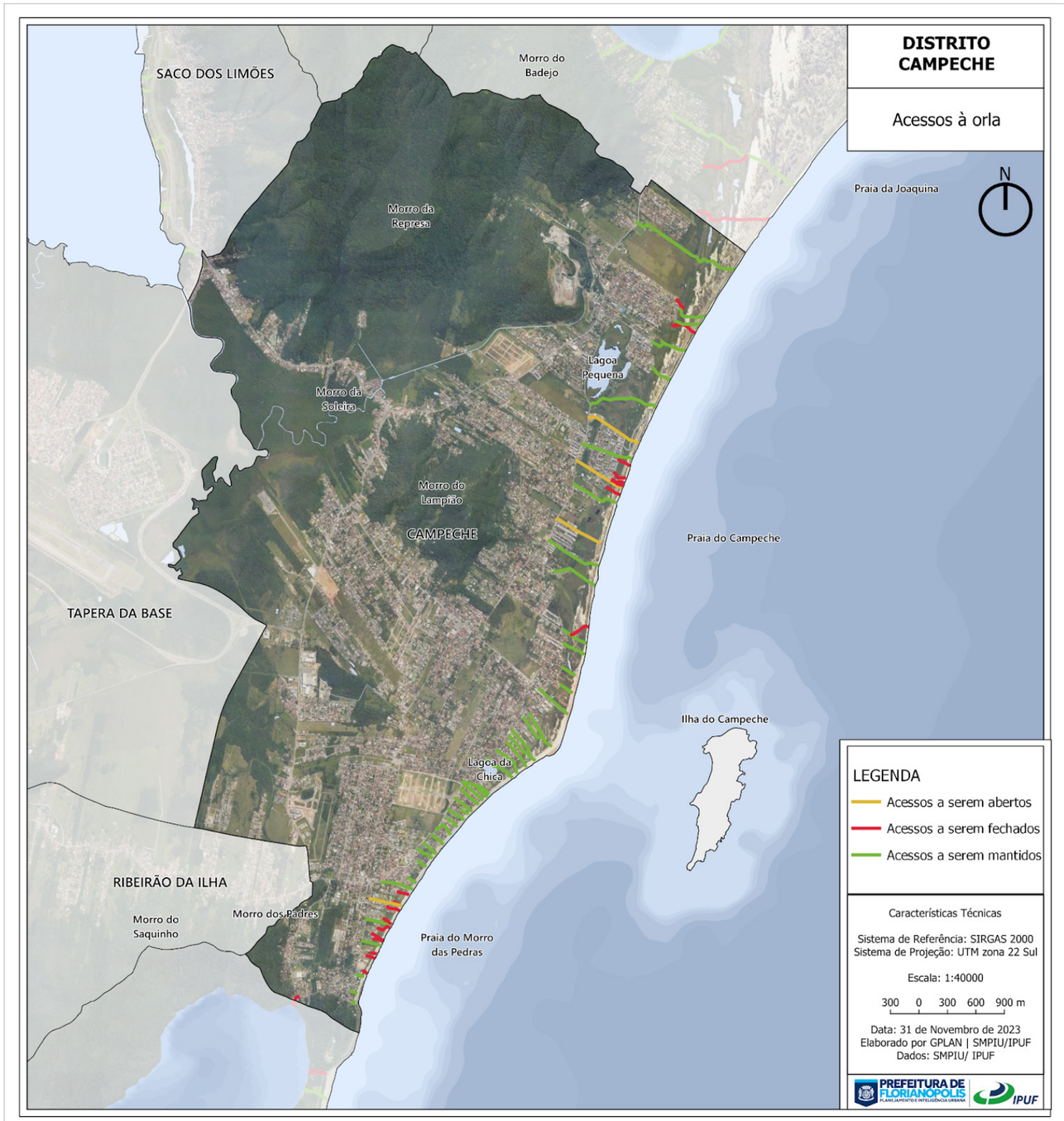
ACESSO À ORLA

Garantia e Redistribuição Equitativa dos Acessos Públicos à Praia do Campeche

Existe uma grande assimetria e **falta de acessos consolidados**/organizados na extensão da Praia do Campeche, concentrando o **fluxo de pedestres de forma desordenada sobre ecossistemas frágeis de dunas**.



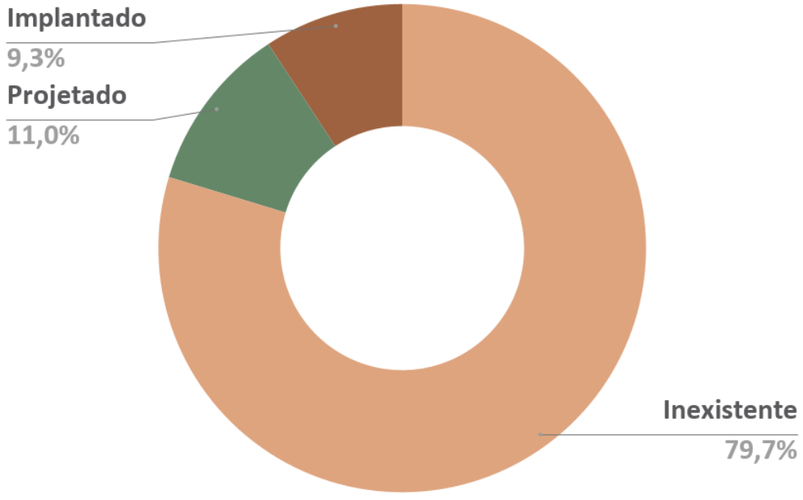
Acessos à orla
Acervo próprio, 202-



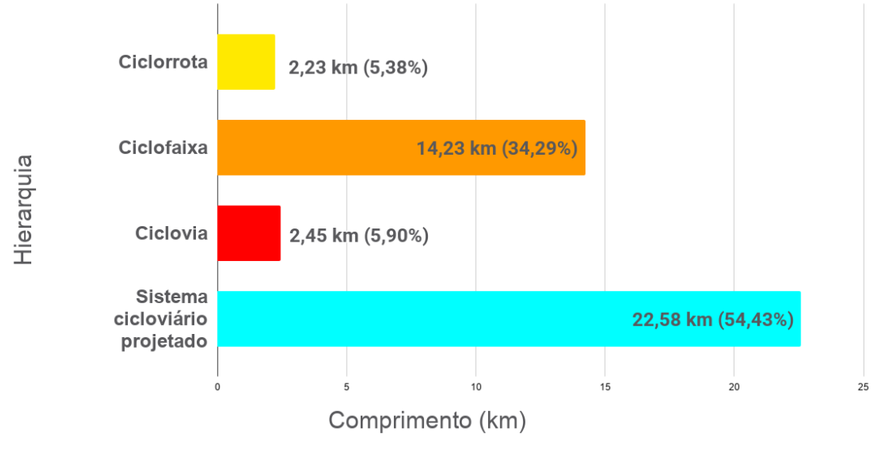
CICLABILIDADE

Conectividade e Padronização da Rede Cicloviária Integrada ao Transporte Público

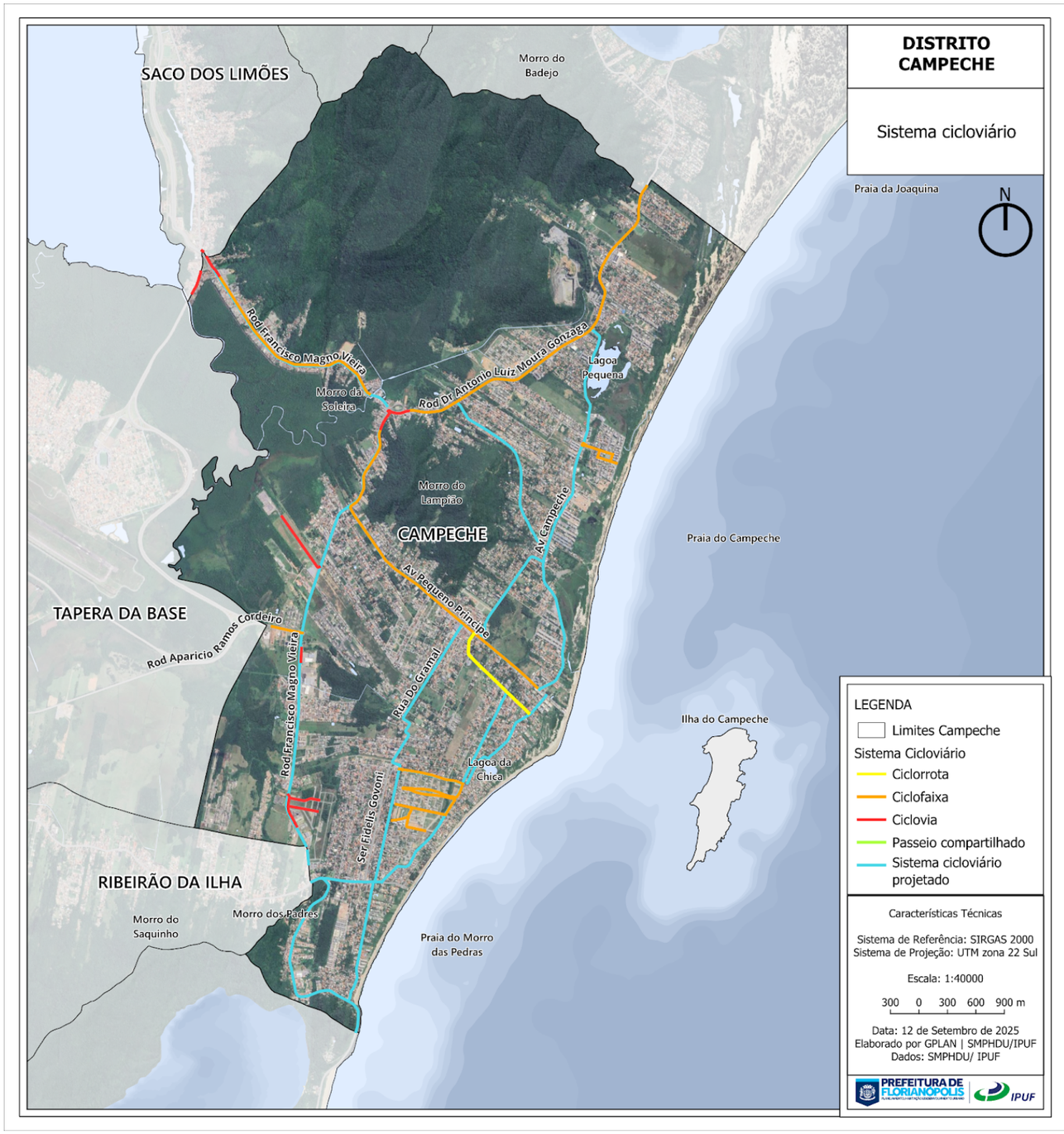
Embora a topografia plana favoreça o uso da bicicleta, a malha atual é descontínua e insegura. É preciso conectar os eixos norte-sul (como SC-405 e Av. Campeche) e oferecer infraestrutura de integração segura no TIRIO.



Porcentagem sistema cicloviário
Elaboração própria



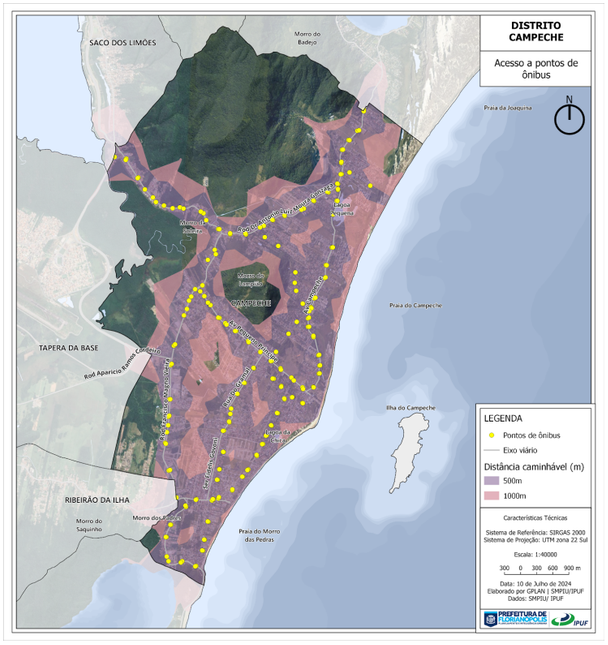
Distribuição do sistema cicloviário
Elaboração própria

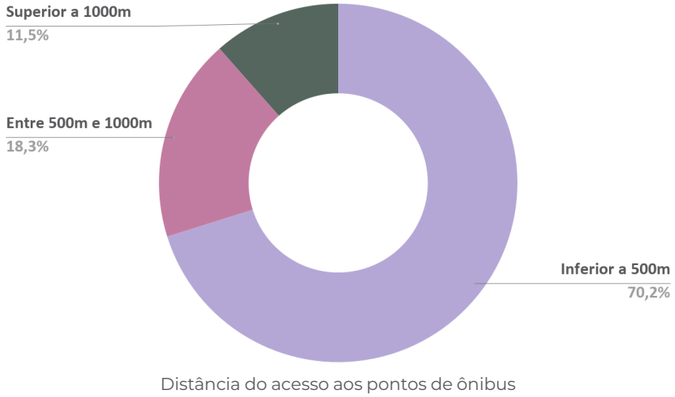


TRANSPORTE COLETIVO

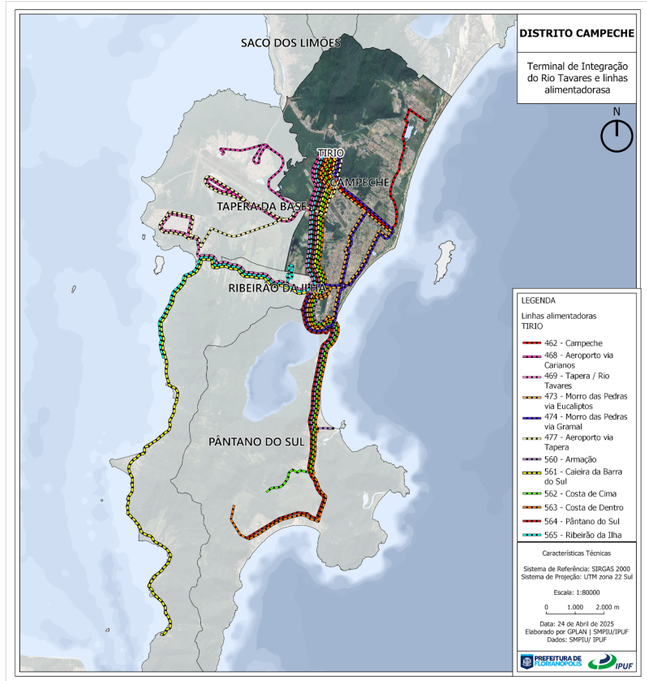
Ampliação da Cobertura de Pontos de Ônibus e Qualificação dos Acessos Viários

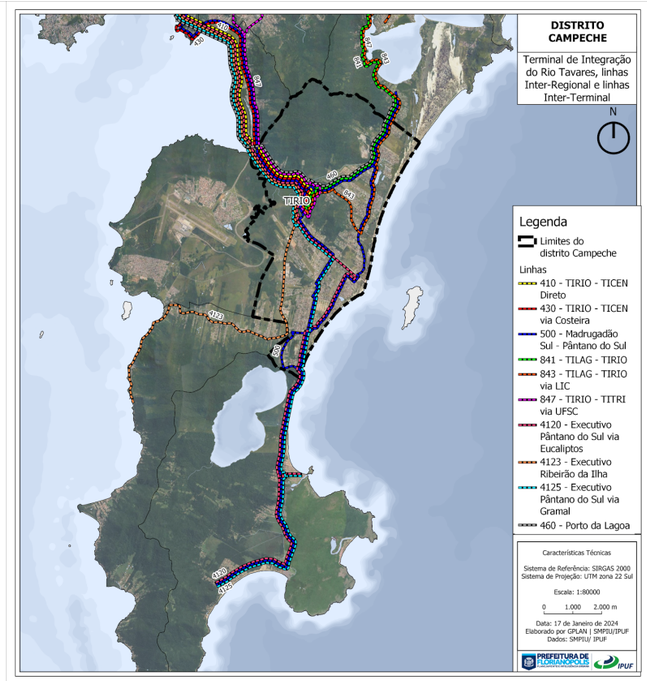
Cerca de 30% das residências estão a mais de 500m de um ponto de ônibus (fora da distância caminhável recomendada), concentrando a demanda excessiva na Av. Pequeno Príncipe e no TIRIO.

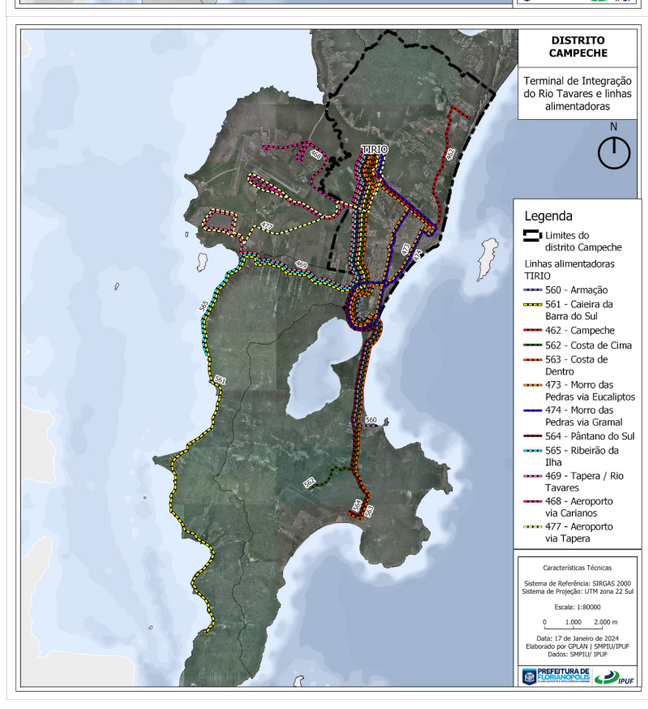


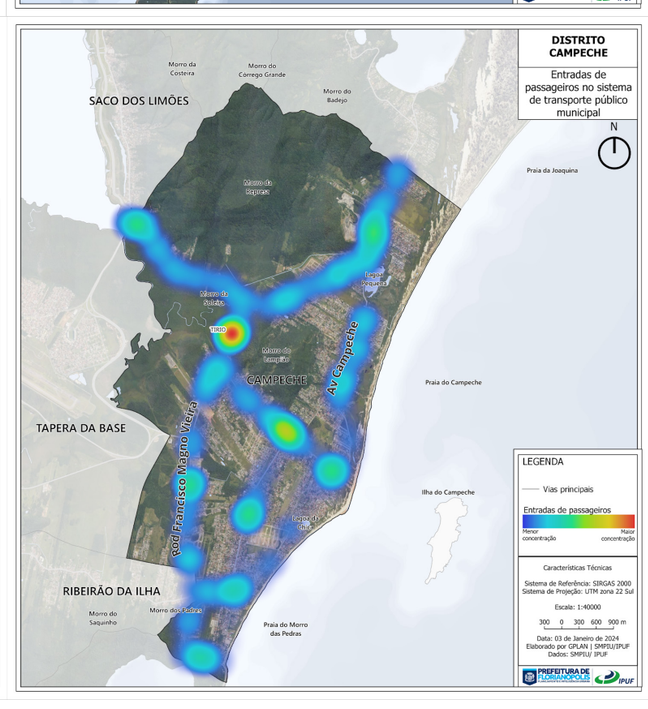


Distância do acesso aos pontos de ônibus
Elaboração própria





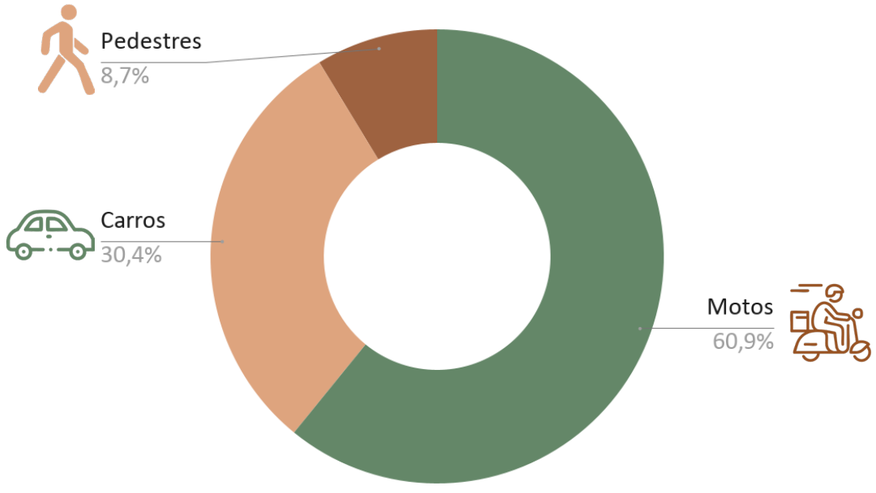


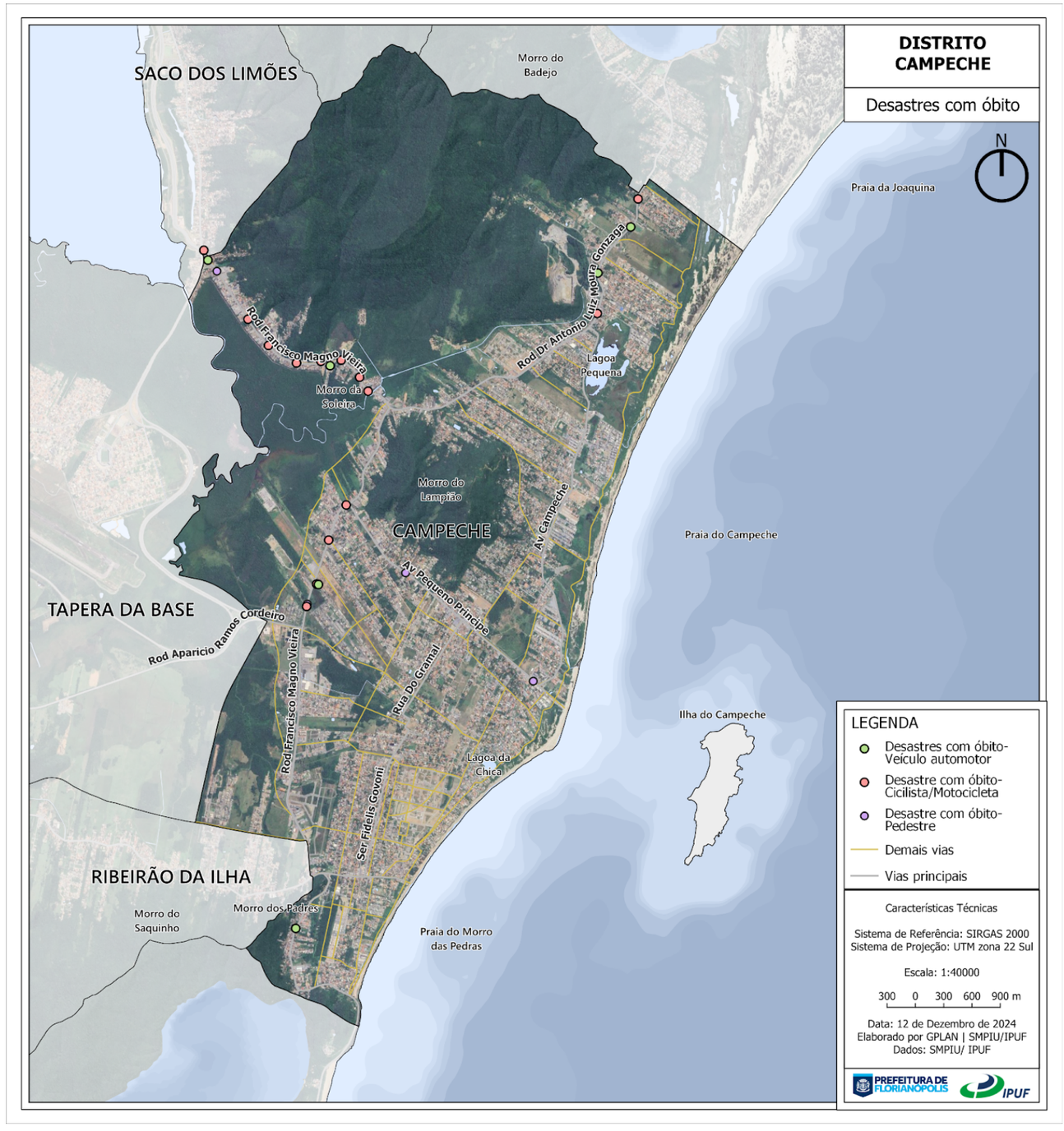


SEGURANÇA VIÁRIA

Mitigação de Pontos Críticos de Morte e Lesões nas Rodovias SC-405 e SC-406

Entre 2013 e 2023, foram registrados **23 óbitos** nas rodovias SC-405 e 406 (com grande impacto sobre motociclistas e pedestres), tornando indispensável a adoção de medidas estruturais de acalmamento de tráfego e travessias seguras. O gráfico abaixo apresenta os dados da pesquisa citada.





EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS



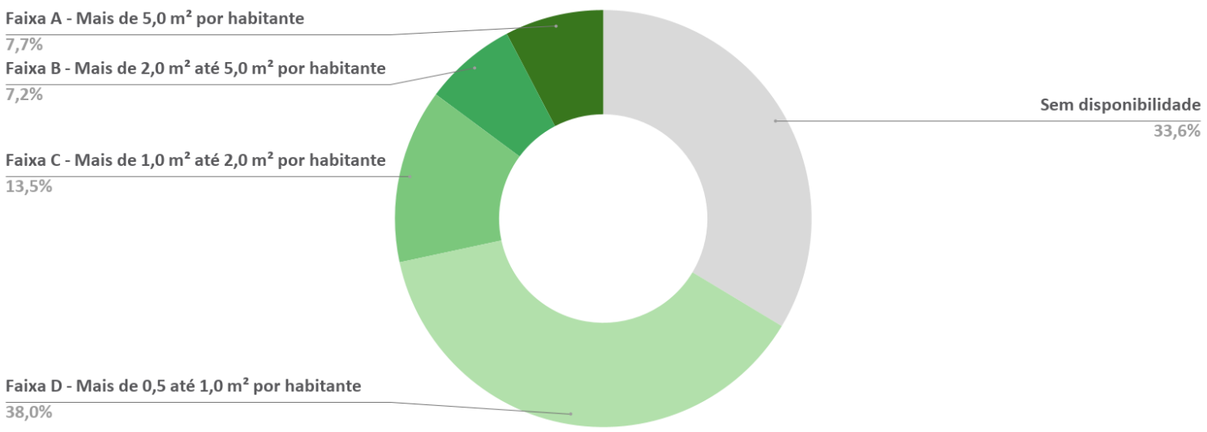
ESPAÇOS LIVRES DE LAZER

Qualificação de Áreas Públicas de Lazer e Consolidação do Parque do Pacuca

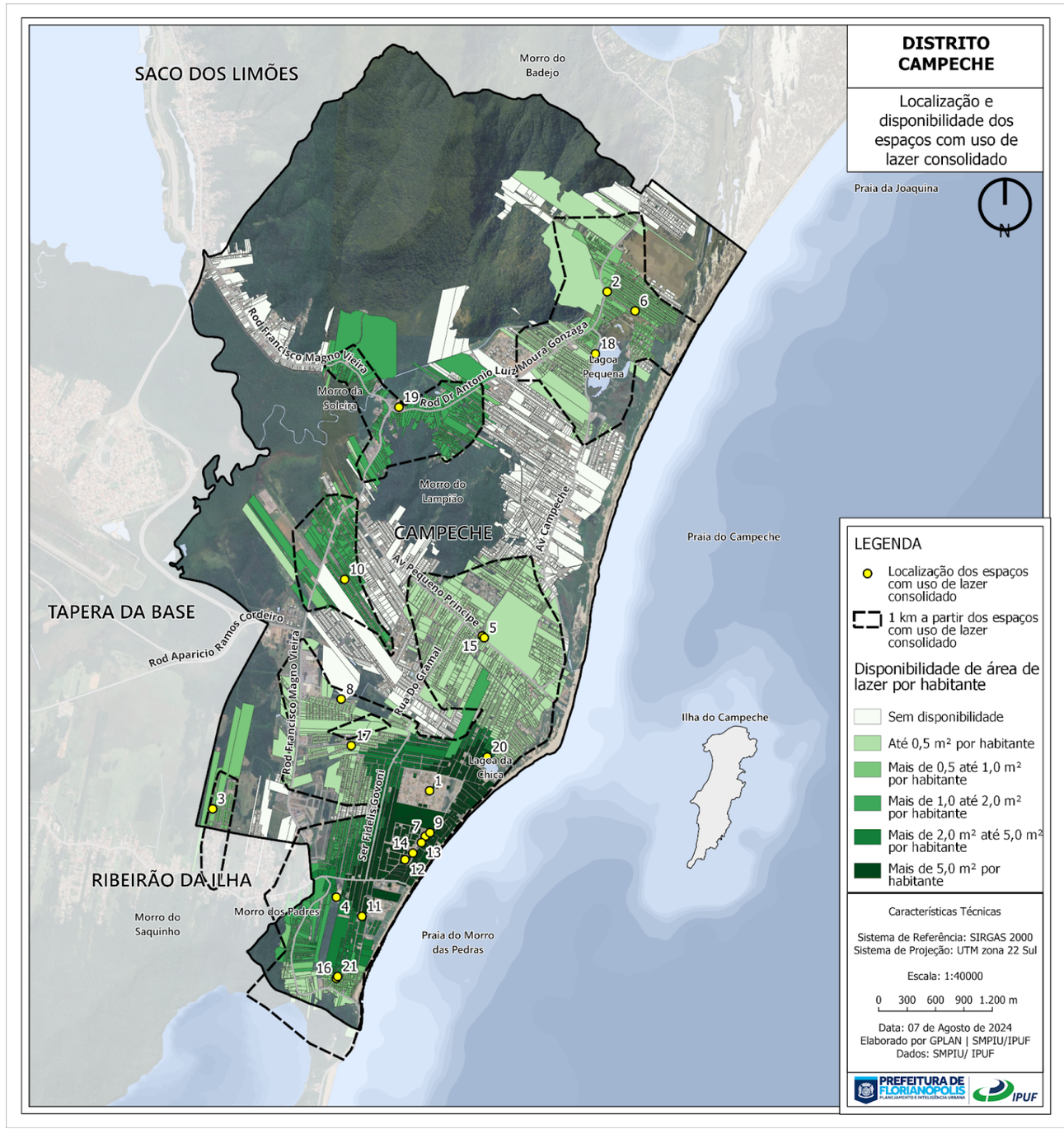
Elementos icônicos como o Morro do Lampião, a Ilha do Campeche, a linha de orla e as lagoas (Chica e Pequena) definem a identidade visual do distrito. É fundamental controlar o gabarito e a densidade no entorno dessas feições naturais e culturais para evitar o bloqueio de vistas panorâmicas e a descaracterização da paisagem.



O Parque Cultural do Campeche é possivelmente o maior parque urbano do estado de Santa Catarina. Localizado na Avenida Pequeno Príncipe, o local é um antigo campo de aviação e atualmente conta com um espaço para a prática de rugby, futebol, pet place, horta e parque infantil.



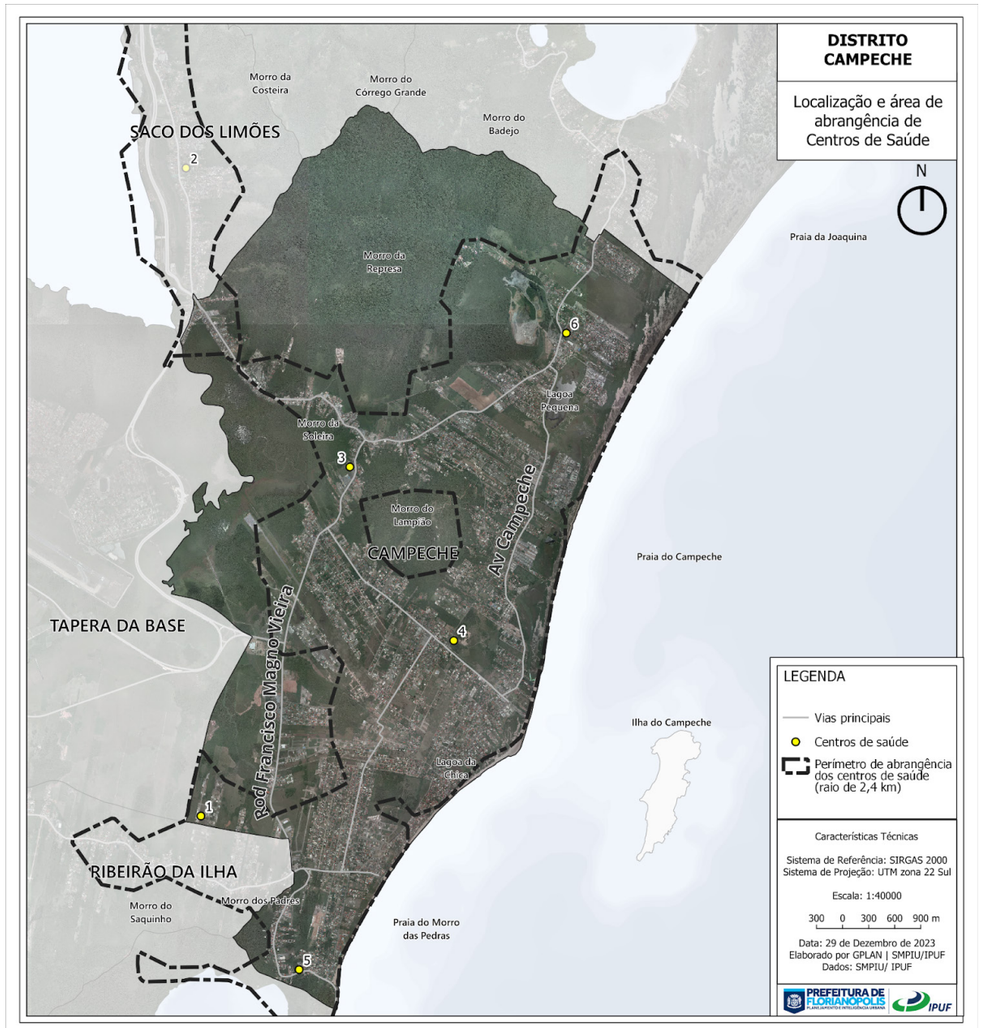
Distribuição de áreas de lazer consolidadas
Elaboração própria



EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Ampliação da Capacidade de Atendimento dos Centros de Saúde e Cobertura de Vazios

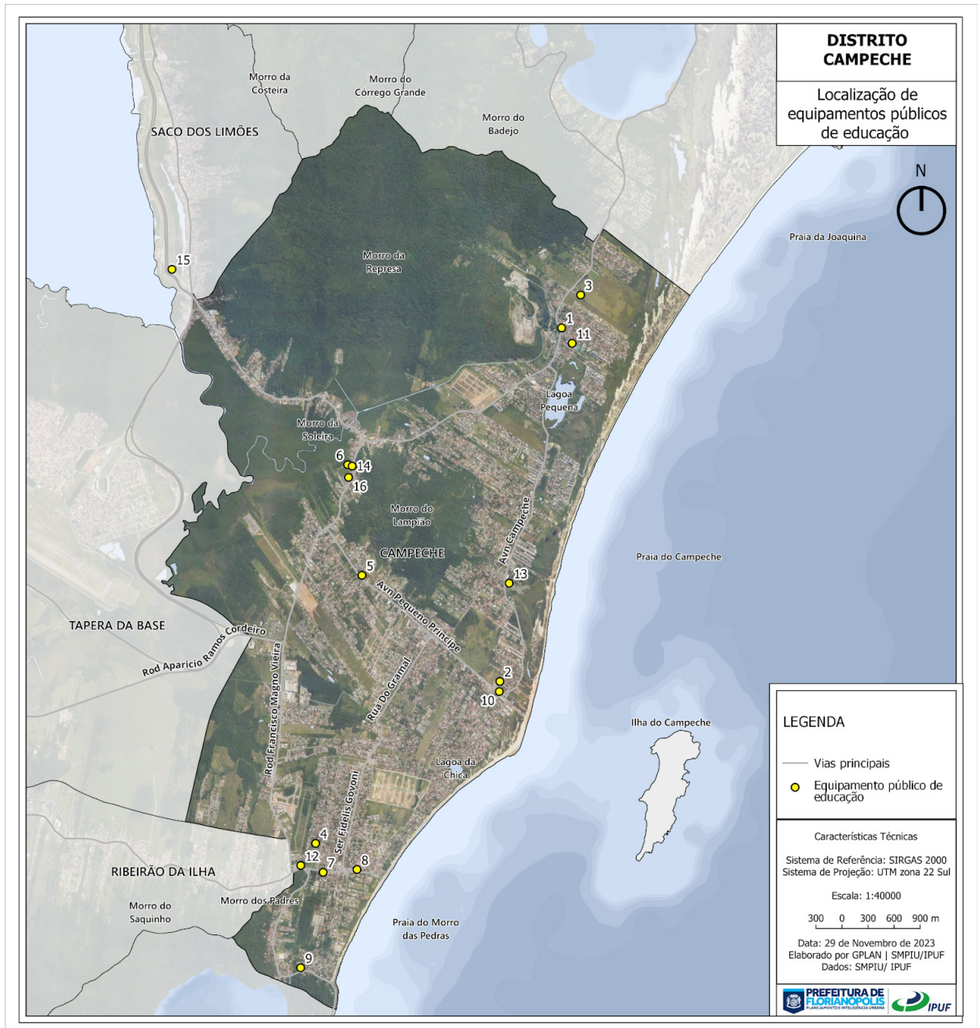
Embora 93% da população esteja em raio geográfico aceitável, o rápido crescimento populacional pressiona a capacidade de atendimento dos postos existentes e deixa vazios de cobertura ao longo da Rodovia SC-405.



EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Expansão e Proximidade das Unidades de Educação Infantil e Fundamental

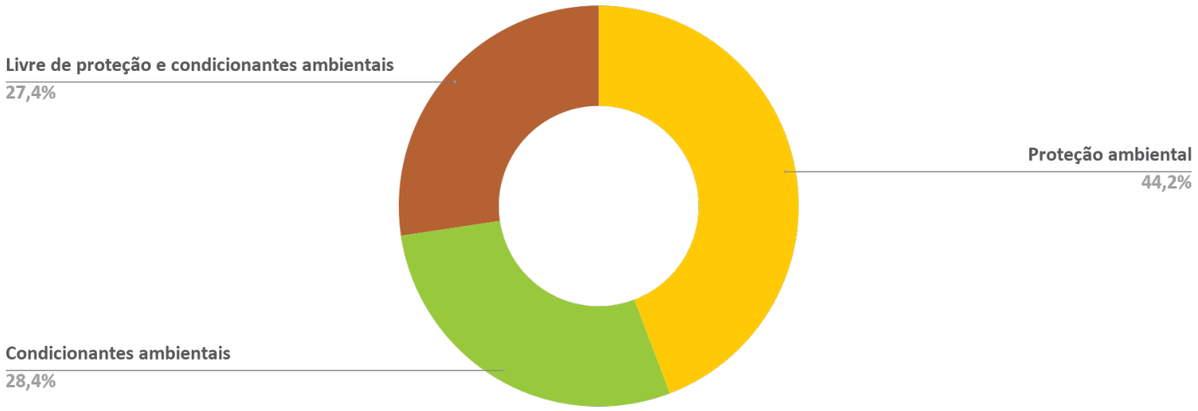
Menos da metade dos moradores (42,3%) está a uma distância adequada (até 1 km) de uma creche/NEI, e apenas 65% têm acesso próximo a escolas de ensino fundamental, exigindo consulta e verificação sobra a necessidade de novas unidades públicas, considerando sua distribuição no território.



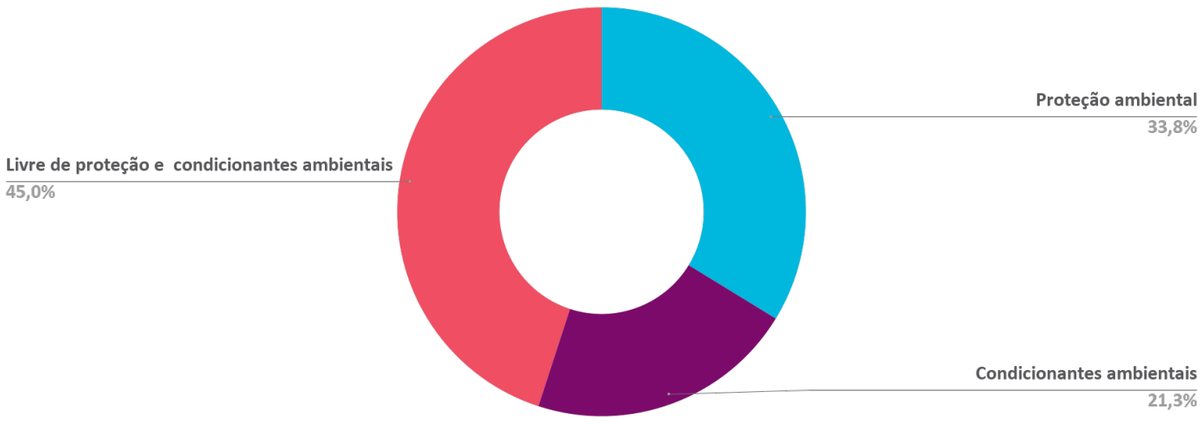
IMÓVEIS PÚBLICOS

Aquisição de Áreas Viáveis e Reserva de Terras Públicas via Parcelamento e REURB

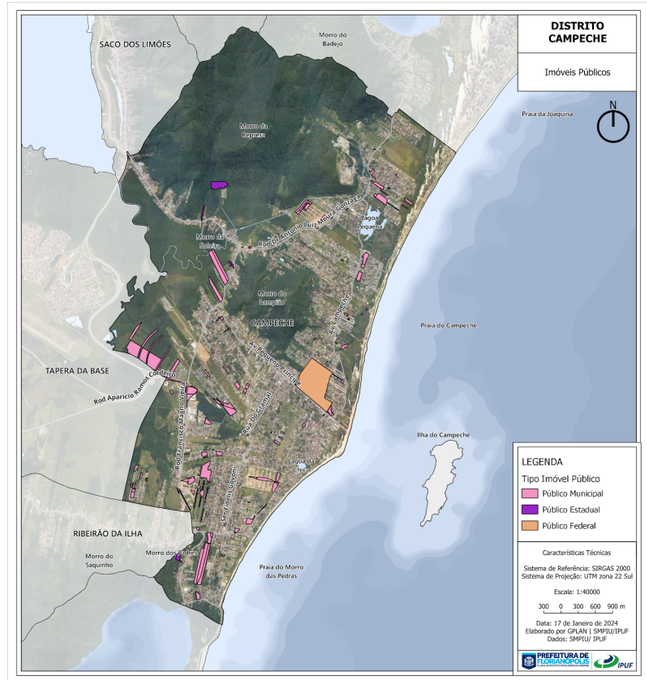
Há escassez de terrenos públicos municipais desimpedidos (apenas 26,9% das áreas sem uso estão livres de restrições ambientais). É indispensável utilizar o parcelamento do solo e os processos de REURB para obter áreas destinadas a creches, praças e postos de saúde.

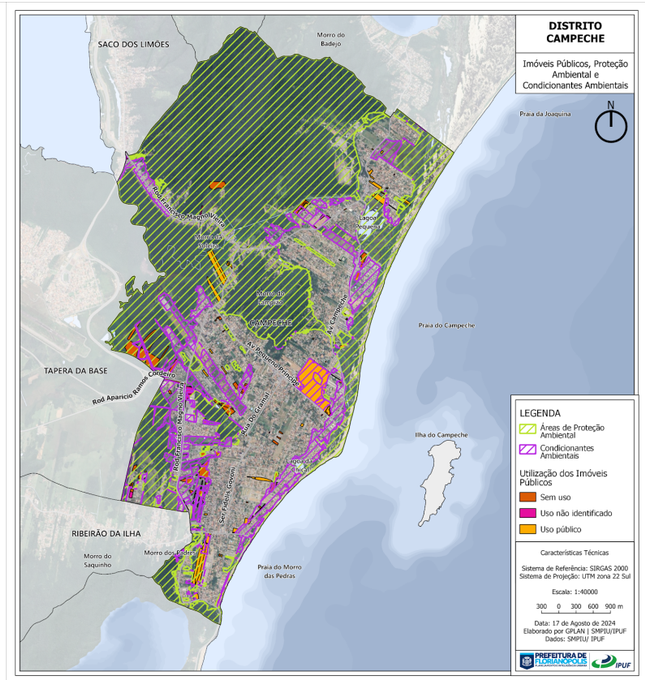


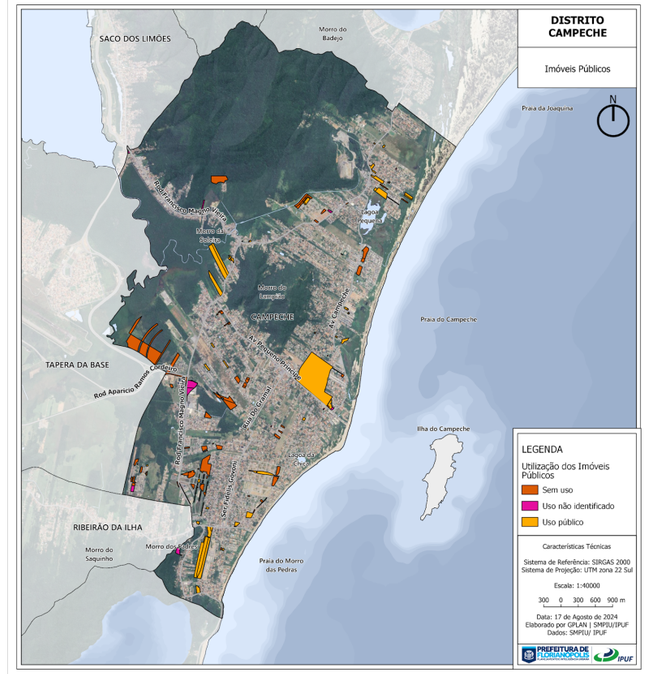
Imóveis públicos sem uso
Elaboração própria

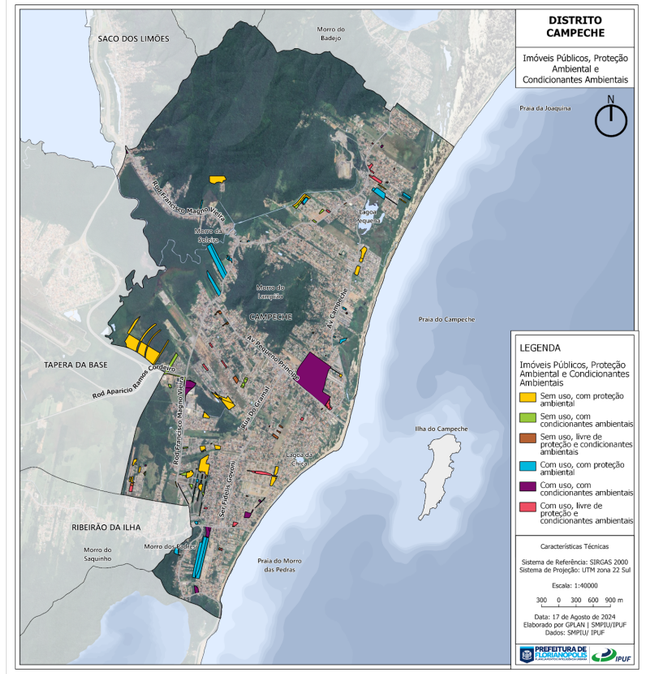


Imóveis públicos com uso
Elaboração própria









EQUIPAMENTOS URBANOS



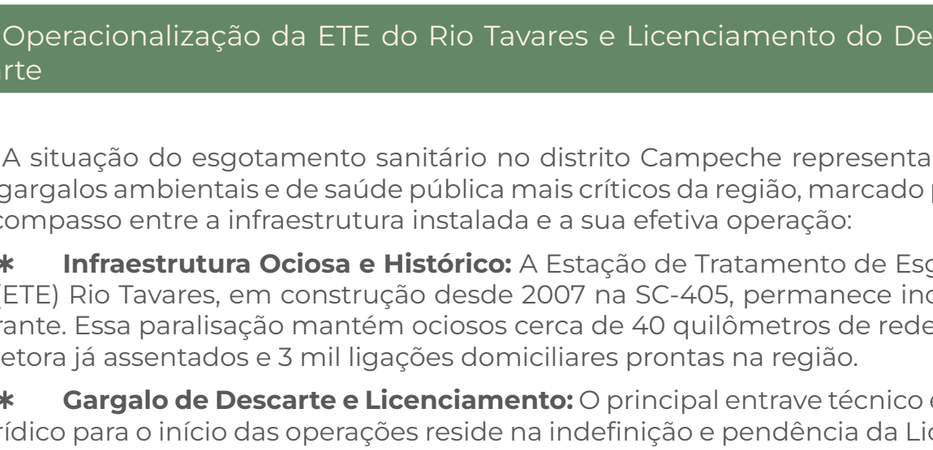
ESGOTO

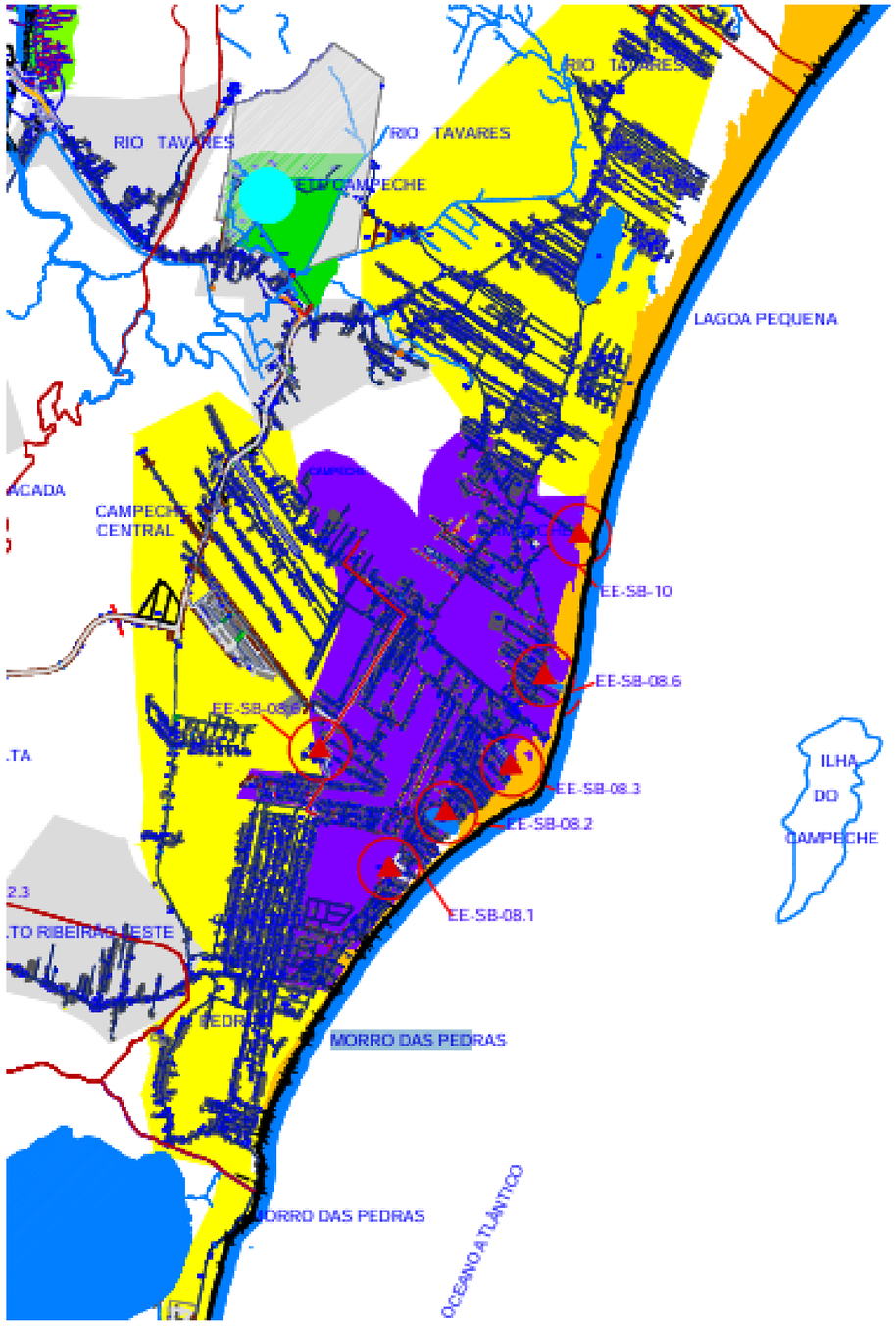
Operacionalização da ETE do Rio Tavares e Licenciamento do Descarte

A situação do esgotamento sanitário no distrito Campeche representa um dos gargalos ambientais e de saúde pública mais críticos da região, marcado pelo descompasso entre a infraestrutura instalada e a sua efetiva operação:

* **Infraestrutura Ociosa e Histórico:** A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Rio Tavares, em construção desde 2007 na SC-405, permanece inoperante. Essa paralisação mantém ociosos cerca de 40 quilômetros de rede coletora já assentados e 3 mil ligações domiciliares prontas na região.
* **Gargalo de Descarte e Licenciamento:** O principal entrave técnico e jurídico para o início das operações reside na indefinição e pendência da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o ponto de lançamento do efluente tratado. A CASAN desenvolve estudos de modelagem hidrodinâmica e diagnósticos socioambientais para fundamentar o descarte no Saco dos Limões.
* **Vulnerabilidade do Sistema Descentralizado:** A inoperância da rede força a predominância de sistemas individuais (fossas sépticas e sumidouros). Em uma planície costeira sobre o aquífero livre, esse modelo transfere o ônus ao morador, propicia o extravasamento em drenagens pluviais e contamina os corpos hídricos e o lençol freático local.

A ETE em obras desde 2007 mantém 40 km de redes e 3 mil ligações ociosas, sobrecarregando o solo com fossas individuais em uma área de aquífero sensível. A resolução do ponto de descarte é a maior urgência sanitária para beneficiar 25 mil moradores imediatamente.





Situação do Tratamento de esgoto
CASAN, 2026

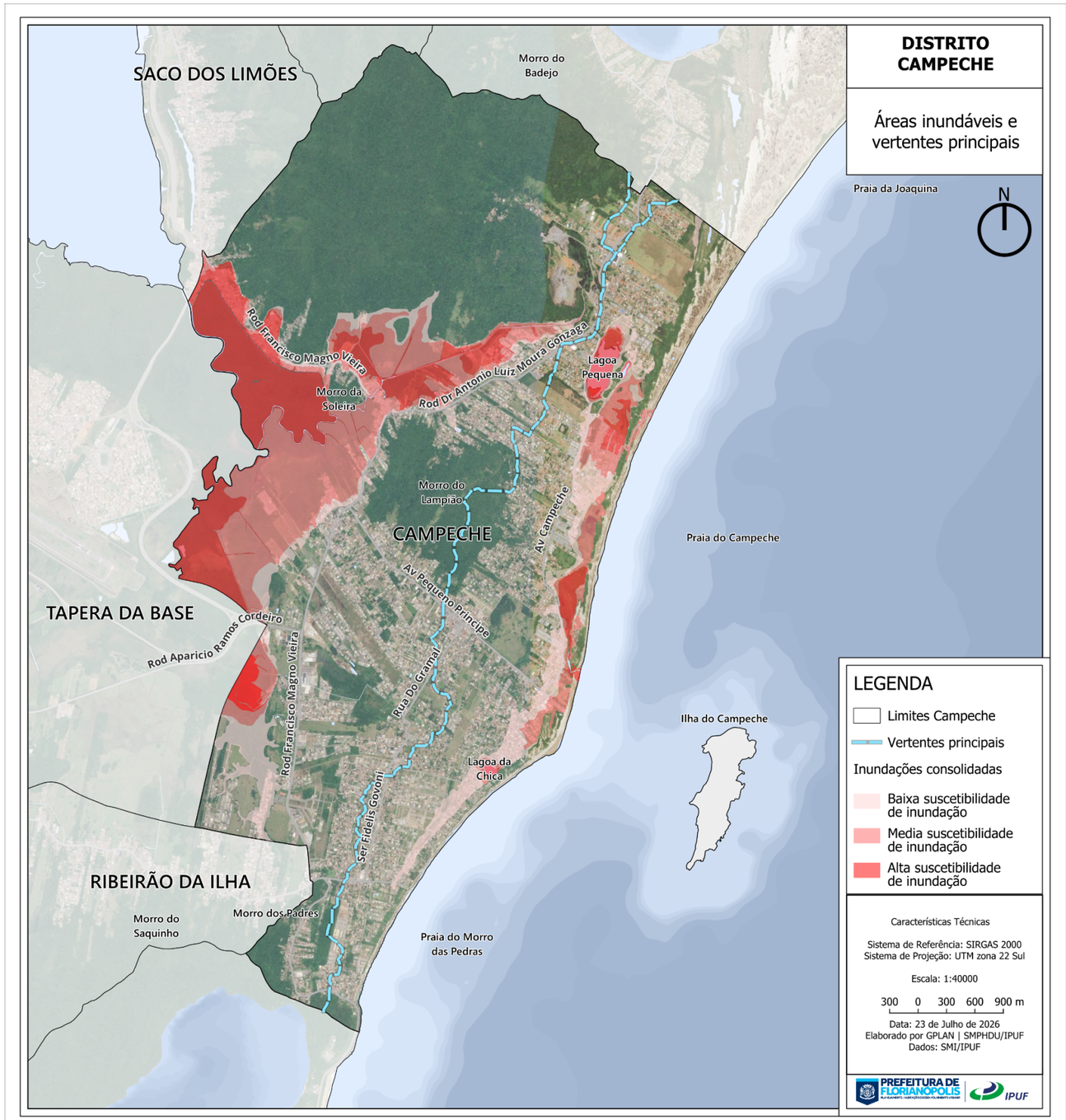
DRENAGEM

Implantação do Manejo de Múltiplas Barreiras e Controle de Assoreamento por Areia/Esgoto

O sistema de drenagem pluvial do distrito Campeche atua em um ambiente de elevada fragilidade hidrológica, onde o relevo plano e a influência das marés limitam o escoamento natural por gravidade, gerando pontos recorrentes de alagamento e inundação:

- **Divisão Hidrodinâmica e Relevo:** A Vertente Oeste deságua no Rio Tavares e na Resex do Pirajubaé, sofrendo com refluxo de marés, exutório côncavo e sobreposição de picos de vazão das sub-bacias. A Vertente Leste possui manchas de inundação alongadas paralelas à orla. O relevo plano somado às depressões semi-endorreicas (zonas baixas sem saída natural) atua como acumulador de água, agravado por ressacas estivais e fenômenos como o El Niño.
- **Gargalos de Infraestrutura e Assoreamento:** Há ausência de macrodrenagem estruturada e subdimensionamento da microdrenagem (tubulações raras de 1,20 m e deságues de 1,00 m). O sistema sofre assoreamento severo por areia das dunas (num raio de ~1,16 km) e por terra nua carreada de vias não pavimentadas (como a Servidão Maria Cordeiro Fernandes, que obstrui a rede jusante na Av. Campeche). Somam-se impasses de licenciamento (Rua Jardim dos Eucaliptos / FLORAM) e bloqueios comunitários de deságue.
- **Interferência Sanitária e Impermeabilização:** Em função do atraso do sistema público de esgoto, efluentes tratados por sistemas compactos privados são vertidos na microdrenagem (via DLETs), sobretudo no Novo Campeche e Morro das Pedras. Embora o volume seja absorvido pela rede, o efluente contamina praias e lagoas, ameaçando a balneabilidade.

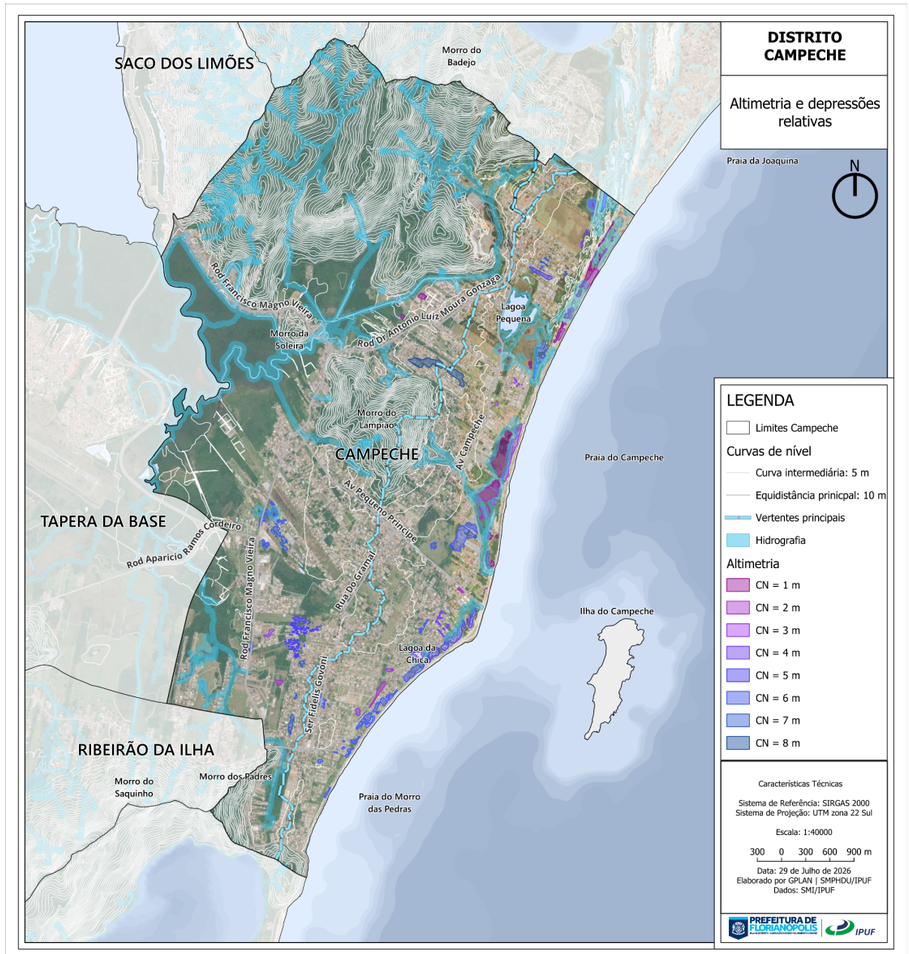
Necessária a implantação de um Plano Integrado de Drenagem baseado nos conceitos de Cidades Esponja e Manejo de Múltiplas Barreiras. A estratégia deve combinar obras estruturais estratégicas (bacia de retenção da Av. Pequeno Príncipe / "Cachorródromo" e pavimentação da Servidão Maria Cordeiro Fernandes), Soluções Baseadas na Natureza — SbN (jardins de chuva e biovaletas), engenharia de retenção de areia (caixas retentoras e separadores hidrodinâmicos) e a rigorosa eliminação da presença de efluentes sanitários na rede pluvial, amparados por modelagem hidrológica atualizada.



ÁGUA

Reforço do Abastecimento Sazonal e Proteção da Capacidade de Suporte dos Mananciais

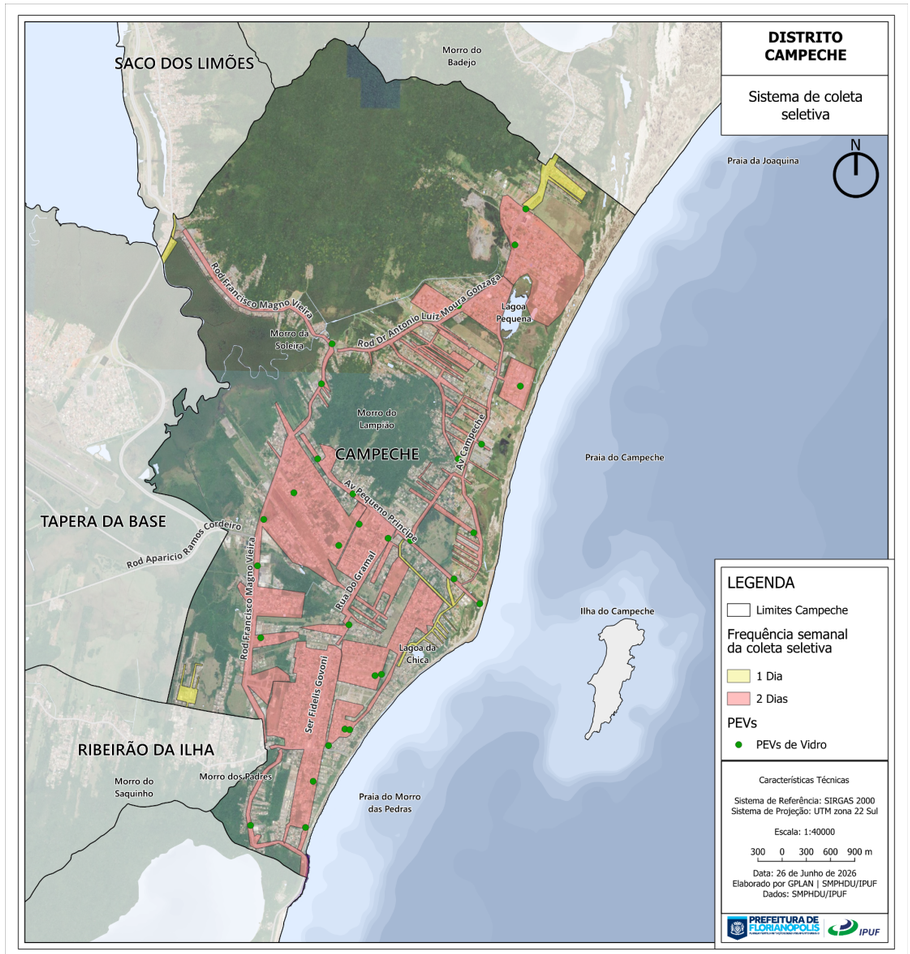
O crescimento rápido do bairro e o pico do turismo no verão exigem a ampliação das adutoras e reservatórios conectados ao Sistema Costa Sul-Leste, além do controle rigoroso da extração no Aquífero Campeche para evitar o esgotamento ou salinização da fonte local.



RESÍDUOS

Descentralização da Coleta com Novos Ecopontos e Pátio de Compostagem para Resíduos Verdes

O traçado de ruas estreitas e servidões sem saída impede a entrada de caminhões tradicionais para coleta seletiva porta a porta, tornando urgente a criação de novos Ecopontos, centro de triagem local e espaço para beneficiamento de restos de poda/grama



PAISAGEM

Preservação das Bacias Visuais dos Marcos Referenciais, Orlas e Vias Panorâmicas

Elementos icônicos como o Morro do Lampião, a Ilha do Campeche, a linha de orla e as lagoas (Chica e Pequena) definem a identidade visual do distrito. É fundamental controlar o gabarito e a densidade no entorno dessas feições naturais e culturais para evitar o bloqueio de vistas panorâmicas e a descaracterização da paisagem.



Morro do Lampião
Acervo próprio, 2023



Morro do Lampião
Acervo próprio, 2023



Orla da Praia do Campeche
Acervo próprio, 2023



Morro das Pedras e Morro do Matadeiro
Acervo próprio, 2023

PATRIMÔNIO CULTURAL

Efetivação do Parque Cultural do PACUCA e Proteção do Patrimônio Histórico e Imaterial

O tombamento do antigo Campo de Aviação (Decreto nº 13.707/2014) prevê a destinação das pistas para o **Parque Cultural do PACUCA**. Além disso, a salvaguarda da memória local engloba a Capela São Sebastião, a história da pesca artesanal da tainha e a memória histórica e arqueológica da Ilha do Campeche.



Casa dos Pilotos (APC)
Acervo próprio, 2023



Antigo Campo de Pouso - PACUCA
Acervo próprio, 2023



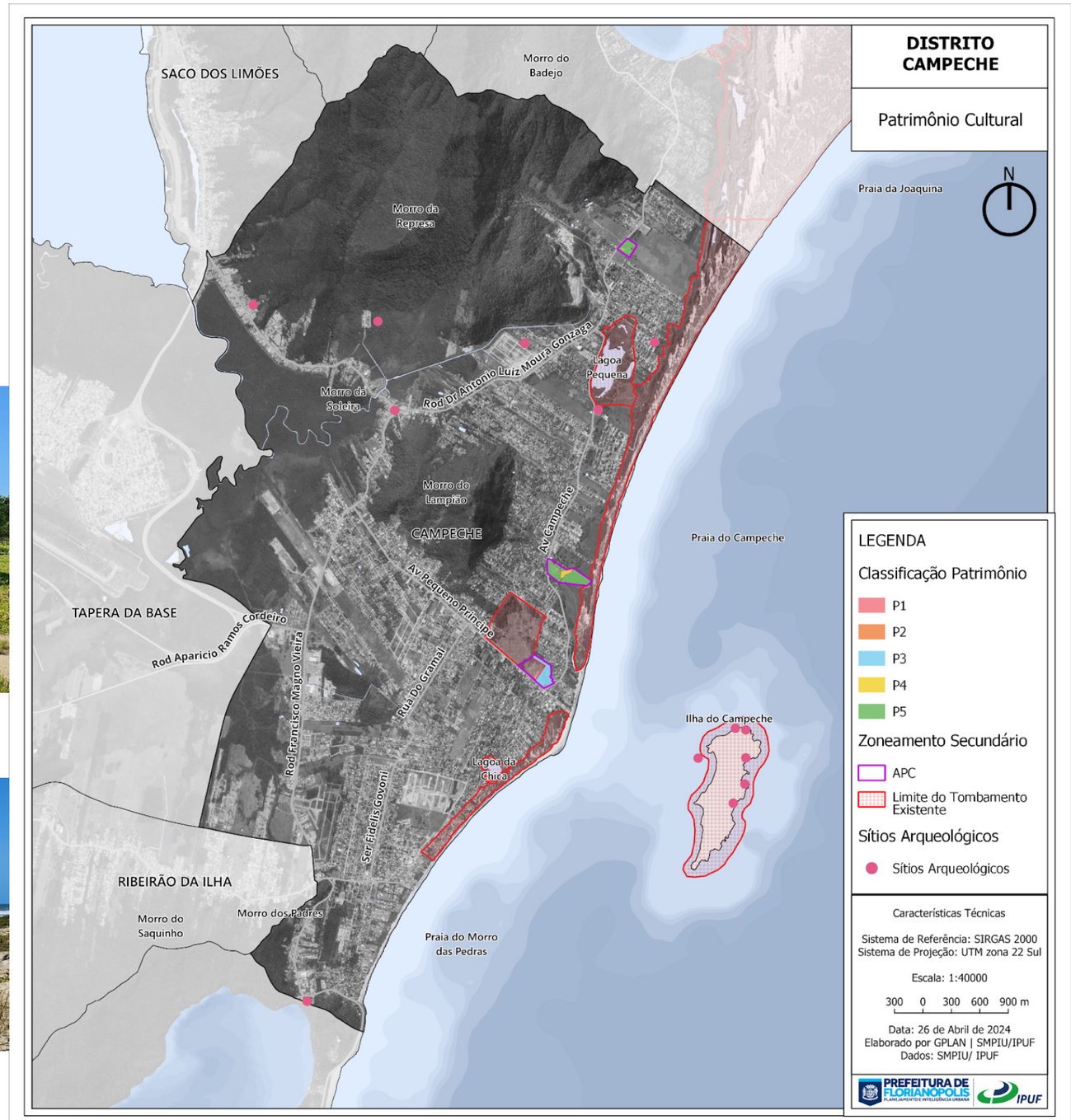
Igreja São Luiz Gonzaga (APC)
Acervo próprio, 2023



Capela de São Sebastião e Teatro do Divino da Capela de São Sebastião, tombamento municipal
Acervo próprio, 2023



Ilha do Campeche, tombamento federal
Acervo próprio, 2023



ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

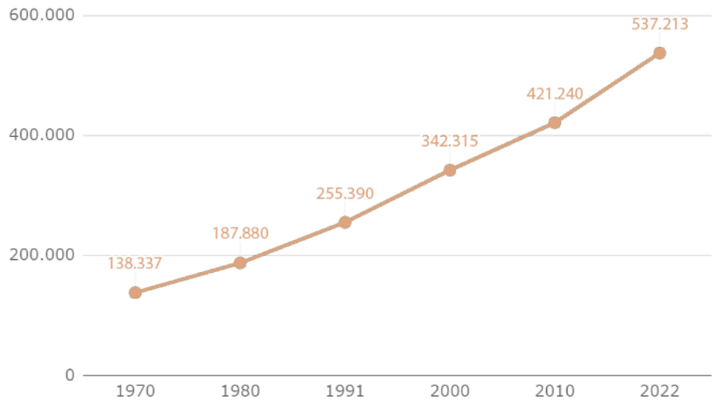


Barcos no Campeche
Allan Carvalho, 2025

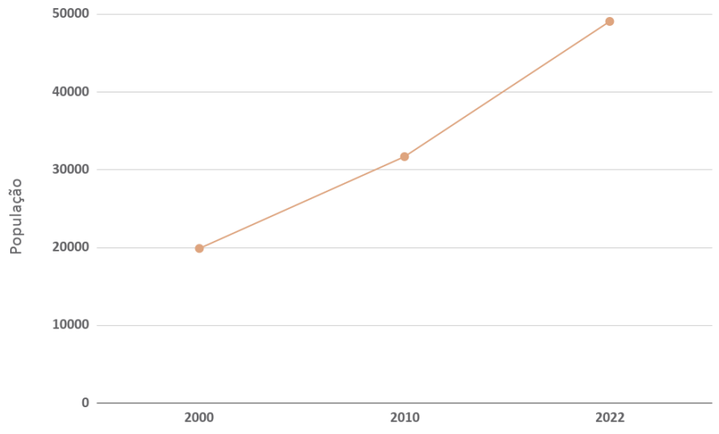
ESTIMATIVAS DE INCREMENTO POPULACIONAL

Planejamento da Capacidade de Suporte Frente à Projeção de Crescimento via ADIs

Campeche **cresce duas vezes mais rápido** que a média de Florianópolis e o Plano Diretor **abre margem para um incremento populacional de até 242%** via ADIs. É indispensável condicionar a liberação de potencial construtivo ao investimento em infraestrutura viária e sanitária.



Crescimento populacional do município
IBGE, 2022

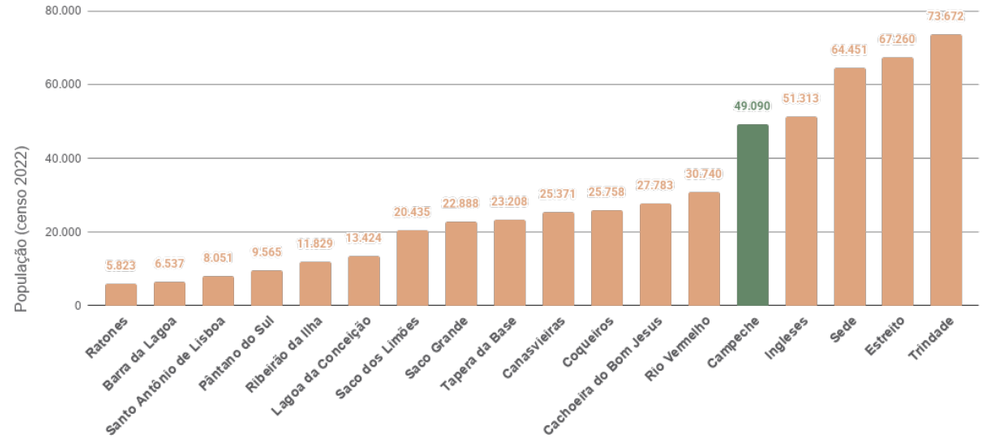


Crescimento populacional do Campeche
IBGE, 2022

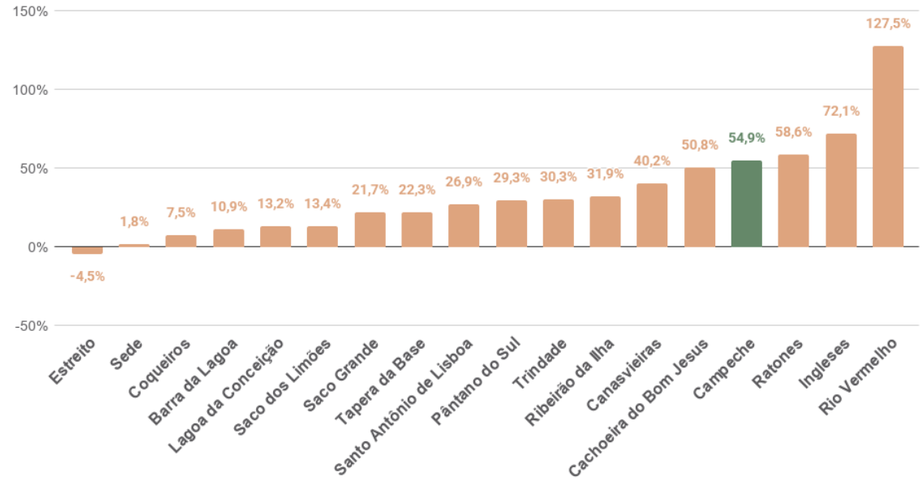
DADOS GERAIS

Equilíbrio entre Crescimento Demográfico e Qualidade de Vida

Como **5º distrito mais populoso** (49 mil hab.) e o **4º em taxa de crescimento**, a pressão demográfica exige a expansão proporcional de serviços públicos básicos (saúde, educação, segurança) para evitar o colapso dos serviços essenciais.



Distribuição da população por distrito
IBGE, 2022

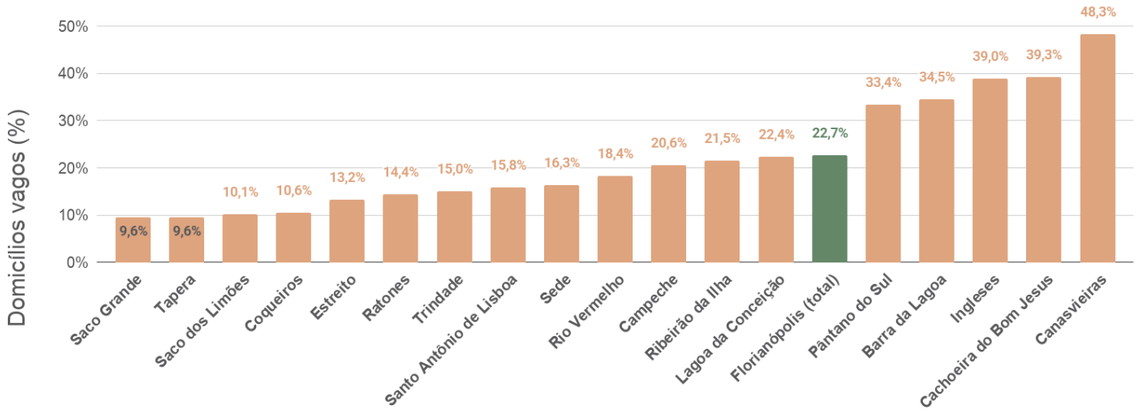


Comparativo de incremento populacional
IBGE, 2022

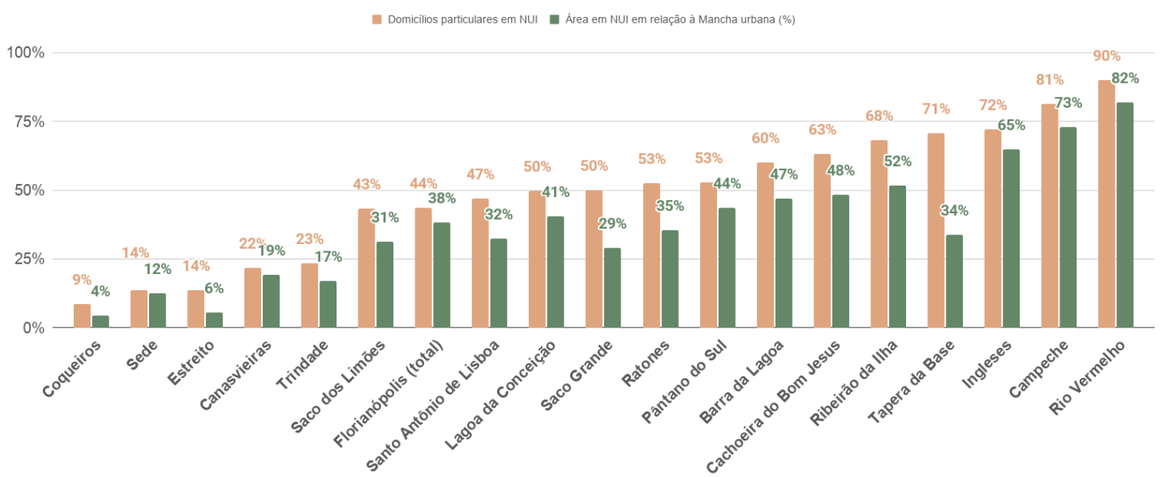
ANÁLISES HABITACIONAIS

Regularização Fundiária (REURB) e Enfrentamento do Déficit de Moradia Permanente

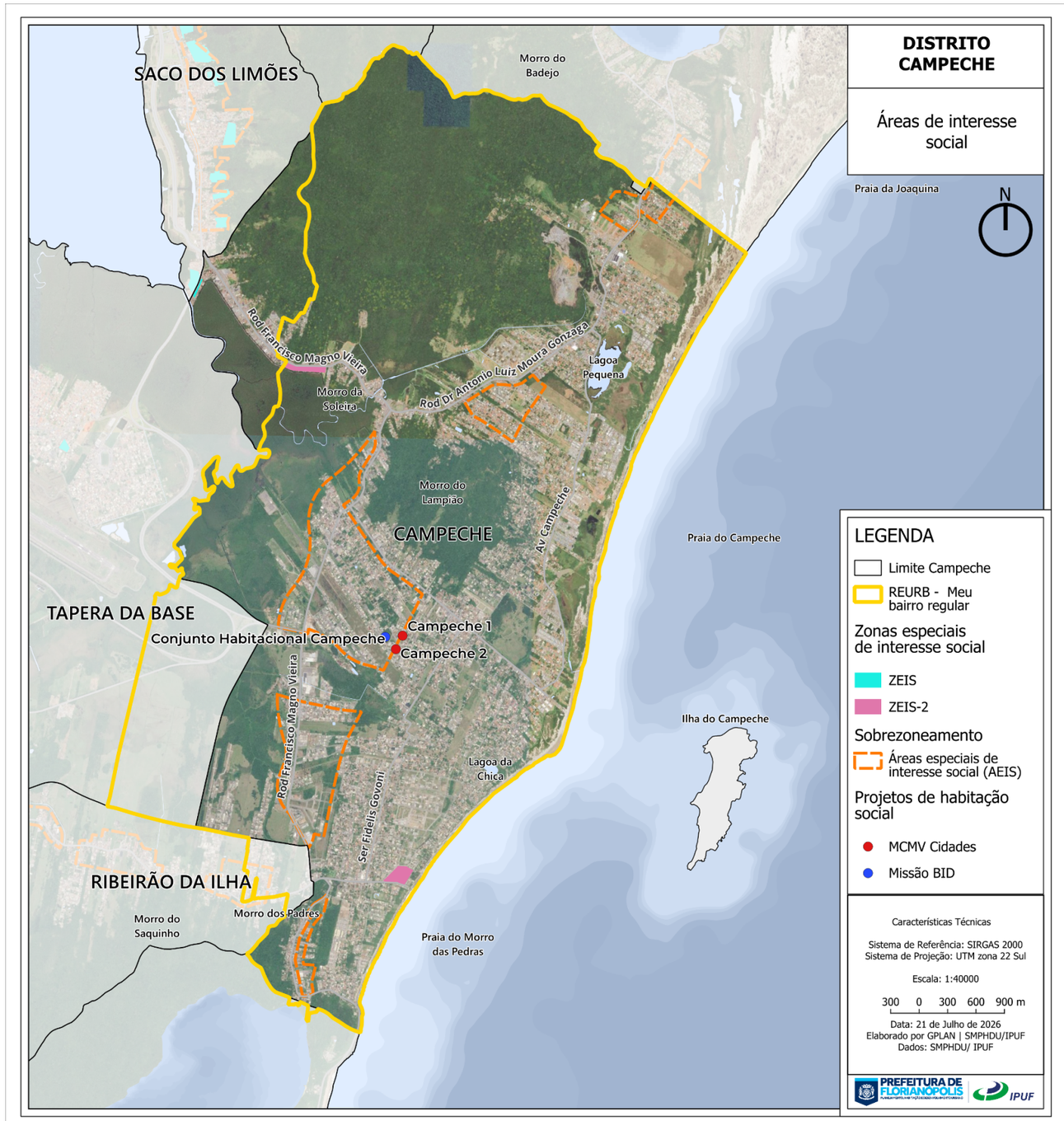
81% dos domicílios estão em **Núcleos Urbanos Informais (NUIs)** e **20,6%** dos imóveis são **vagos ou de uso ocasional**. É urgente regularizar os núcleos consolidados e incentivar a oferta de habitação de interesse social/permanente.



Porcentagem de domicílios vagos ou com uso ocasional
IBGE, 2022



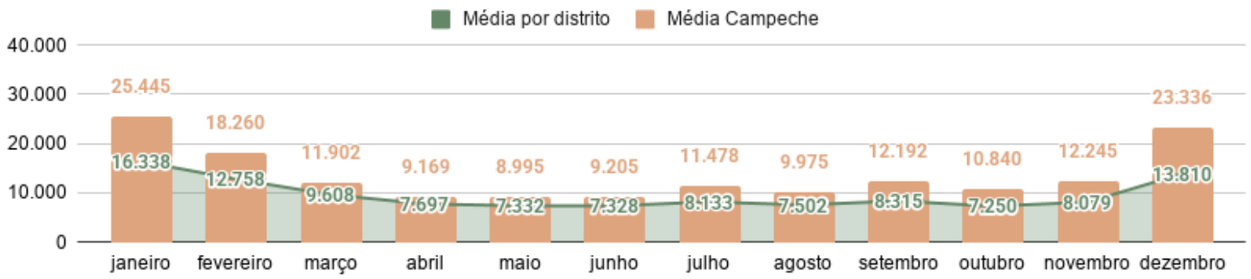
Percentual de domicílios e de mancha urbana em NUI
IBGE, 2022



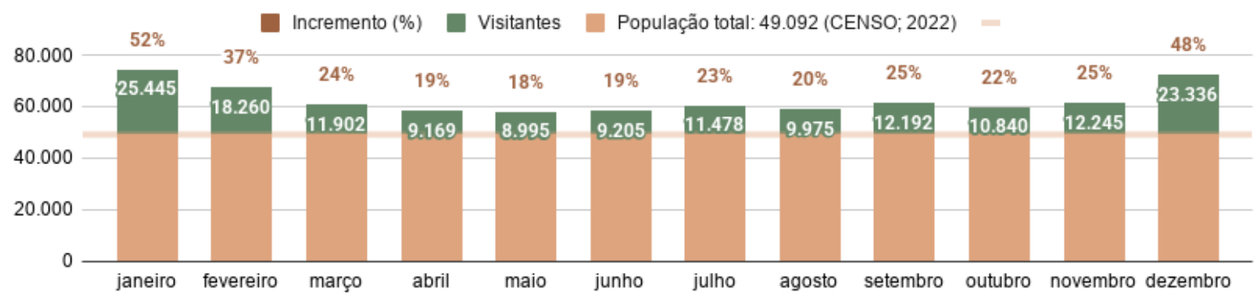
TURISMO

Gestão da Sazonalidade Turística e Capacidade de Carga da Infraestrutura

No pico do verão (janeiro), o distrito recebe **mais de 25 mil visitantes/dia**, gerando um **aumento de até 52%** na população local. Essa pressão temporária sobrecarrega o trânsito, a água, a drenagem e o recolhimento de resíduos no distrito.



Média diária de visitas por pessoas de fora da Grande Florianópolis ao distrito Campeche ao longo do ano, comparado à média diária por distrito no município
IBGE, 2022



Incremento de pessoas conforme a média diária de visitas por pessoas de fora da Grande Florianópolis ao distrito Campeche ao longo do ano considerando a população local
IBGE, 2022

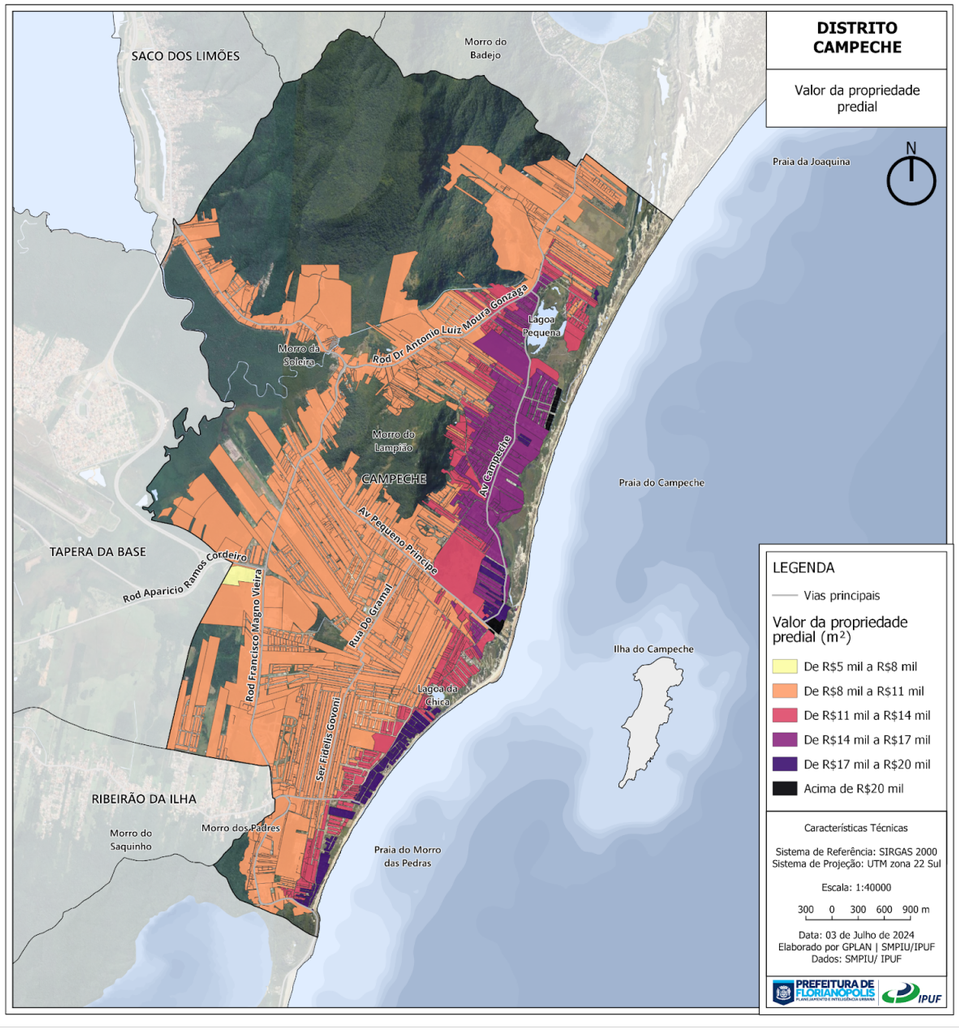


Turismo na Ilha do Campeche
Allan Carvalho, 2022

MERCADO IMOBILIÁRIO

Mitigação da Especulação Imobiliária e Garantia do Acesso à Cidade

Com o **valor do m² variando entre R$ 8.000 e mais de R$ 20.000** impulsionado pela proximidade das praias, o encarecimento do solo gera elitização e aumento do custo de vida para os moradores locais.

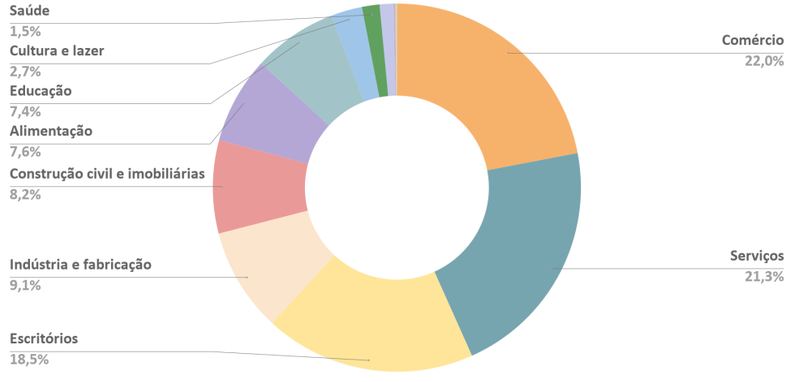


ECONOMIA

Incentivo à Economia Verde, Azul e Criativa nas Centralidades do Bairro

Embora a economia local seja dominada por **comércio (22%) e serviços (21,3%)**, há espaço para diversificar a matriz econômica fortalecendo a economia do mar (pesca/turismo), sustentabilidade e hubs criativos em eixos estruturantes.

Agrupamento de seções dos CNAEs para análises				
Agricultura	A - AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA			
Indústria e fabricação	B - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	C - INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO		
Serviços públicos	D - ELETRICIDADE E GÁS	E - ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	O - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	
Serviços	H - TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	J - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	S - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	T - SERVIÇOS DOMÉSTICOS
Comércio	G - COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS			
Construções e imobiliárias	F - CONSTRUÇÃO	L - ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		
Hospedagens	I - ALOJAMENTO (Alojamento e alimentação)			
Alimentação	I - ALIMENTAÇÃO (Alojamento e alimentação)			
Escritórios	K - ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	M - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	N - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	U - ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS
Educação	P - EDUCAÇÃO			
Saúde	Q - SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS			
Cultura e lazer	R - ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO			



Atividades econômicas por categorias
Elaboração própria

BIBLIOGRAFIA

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 37120:2017: Indicadores de sustentabilidade para cidades: diretrizes para a seleção de indicadores. Rio de Janeiro, 2017.

Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche. Cartografia social do território tradicional da pesca artesanal da tainha no Campeche. 1ª ed. Florianópolis, SC: Instituto Campeche: Projeto Tekoá Pirá, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2024]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n os 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 , 13.001, de 20 de junho de 2014 , 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011 , 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n º 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm> Acesso em 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei n. 6766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em 20 dez. 2024.

CARERI, F. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: G. Gili, 2013.

CLARO GEODATA. Dados espaciais fornecidos pela Plataforma Claro GeoData para a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 2024. Dados não publicados.

COBRAPE - Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. Estudo para Hierarquização de Assentamentos Subnormais. 2006

COELHO, Bianca Ana; BECK, Elisa de Oliveira; MACIOROWSKI, Maíra Mesquita; CASTELHANO, Pedro Jablinski. Identificação de centralidades urbanas em Florianópolis-SC com uso de modelo espacial em SIG. Revista de Ciências da Administração, [S. l.], v. 1, n. Especial, p. 1–21, 2024. DOI: 10.5007/2175-8077.2023.e96303. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/96303. Acesso em: 1 ago. 2024.

CULLEN, G. (2010). Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.

FLORIANÓPOLIS. Decreto n. 25.378 de 06 de julho de 2023. Institui o Programa Municipal de Regularização Fundiária Urbana “Floripa Regular”, regulamenta os processos e procedimentos administrativos de regularização fundiária urbana, cria a câmara de prevenção e resolução administrativa de conflitos relacionados à regularização fundiária urbana e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2023/2537/25378/decreto-n-25378-2023-institui-o-programa-municipal-de-regularizacao-fundiaria-urbana-floripa-regular-regulamenta-os-processos-e-procedimentos-administrativos-de-regularizacao-fundiaria-urbana-cria-a-comissao-tecnica-de-regularizacao-fundiaria-urbana-cria-a-camara-de-prevencao-e-resolucao-administrativa-de-conflitos-relacionados-a-regularizacao-fundiaria-urbana-e-da-outras-providencias> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei 1 de 03 de outubro de 1997. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no distrito sede de Florianópolis, e dá outras providências. Disponível em <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/pt-BR/planos/historico-plano-diretor> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei 1440 de 31 de maio de 1976. Altera o Plano Urbano da Cidade e dá outras providências. Disponível em <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/pt-BR/planos/historico-plano-diretor> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Disponível em <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/pt-BR/planos/plano-diretor> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 739, de 04 de maio de 2023. Altera a Lei Complementar n. 482 de 2014 (Plano Diretor de Florianópolis) e consolida seu processo de revisão. Disponível em <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/pt-BR/planos/plano-diretor> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 2193 de 03 de janeiro de 1985. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. Disponível em <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/pt-BR/planos/historico-plano-diretor> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Lei n. 246 de 21 de novembro de 1955. Código Municipal de Florianópolis. Disponível em < https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/pt-BR/planos/historico-plano-diretor> Acesso em 20 dez. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis – PMHIS. 2012. Disponível em: <https://strapi.redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em: 20 de. 2024.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 117/1999 (Moenda). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 118/1999 (Jardim das Castanheiras). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 120/1999 (Fazenda do Rio Tavares). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 121/1999 (Morrote). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

BIBLIOGRAFIA

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 122/1999 (Campeche). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 123/1999 (Morro das Pedras). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 124/1999 (Rio Tavares). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 125/1999 (Porto da Lagoa). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 126/1999 (Tapera). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 127/1999 (Rio Tavares). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1999.

FLORIANÓPOLIS. Projeto de Lei 79/1998 (Fazenda do Rio Tavares). Florianópolis-SC, Câmara Municipal, 1998.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. Tradução Anita Di Marco. 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERRMANN, M. L. P.; ROSA, R. D. Relevo da ilha de Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO MEIO AMBIENTE, 3, Londrina, 1991. Anais... Londrina: UEL/NEMA, v.2, p.1-15, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/38734-cadastro-nacional-de-enderecos-para-fins-estatisticos.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IDB - Inter-American Development Bank. Good practices for urban greening. Environmental Division of Social Programs and Sustainable Development Department, Washington, 1997

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese. Tradução oficial. Brasília, DF: ONU Brasil: Governo do Brasil: Rede pelo Pacto Global da ONU no Brasil, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/

INÁCIO, Getúlio Manoel. Deca e Zé Perri. Campeche: s.n., 2001.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ITDP - INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (2017). Caderno 2 Parâmetros Referenciais: Qualificação da Inserção Urbana. Disponível em <https://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/03/ITDP-MCMV-Parametros-Referenciais.pdf> Acesso em 19 de nov. de 2023

LYNCH, Kevin. A Boa Forma de Cidade. Lisboa: Edições 70, 2018

MARENGO, Jose A. et al. The heat wave of October 2020 in central South America. International Journal of Climatology, v. 32, p. 1, 2021.

MARENGO, José A. et al. O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. Estudos Avançados, v. 38, 2024.

MARENGO, Jose A.; CUNHA, Ana P.; LUIZ, Rafael. Estado do clima, extremos de clima e desastres no Brasil em 2024. São José dos Campos: Cemaden: INCT para Mudanças Climáticas Fase 2, 2025. 38 p. Disponível em:

https://inctmc2.cemaden.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio_NT-Clima_Extremos_Desastres-2024-Brasil-digital.pdf

MILANO, M.S. Planejamento de Arborização Urbana: Relações entre Áreas Verdes e Ruas Arborizadas. In Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana, 3., Curitiba, p. 60-71. Anais. Curitiba: FUPEF, 1990

MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. In: Revista de Morfologia Urbana, v.3, n.1, p. 41-9, 2015

NOBRE, Carlos A. et al. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. Proceedings of the National Academy of Sciences, 2016.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (PBMC). Contribuição do Grupo de Trabalho 1 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas: Base Científica das Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro: PBMC, 2013. 464 p. ISBN 978-85-64350-02-1.

PATRIMÔNIO ILHA DO CAMPECHE. Programa. Patrimônio Ilha do Campeche. Disponível em: https://patrimonioilhadocampeche.com.br/programa/. Acesso em: 20 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Estudo de Concepção do Esgotamento Sanitário em Florianópolis. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2019. 215 p.

PLAINE COMMUNE . Atlas Communautaire de l' Environnement. In: Plan Communautaire de l' Environnement. Disponível em <http://alhl.free.fr/docs_fich_enst/eau%20plaine%20commune%202006.pdf> Acesso em 20 nov. 2023. 2006

PELOGGIA, Alex Ubiratan Goossens; OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos. Tecnógeno: um novo campo de estudos das geociências. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 10., 2005, Guarapari. Anais [...]. Guarapari: ABEQUA, 2005.

REDE VIDA NO TRÂNSITO. Disponível em: <https://redevidanotransito.wordpress.com/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2013.

ROCHA, G. Florianópolis e seus dois primeiros planos diretores: entre discurso e realizações. 2° Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Florianópolis - SC, 2014.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SBAU - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA. Carta a Londrina e Ibiporã. Boletim Informativo, v.3, n.5, p.3, 1996.

SUL DE FLORIPA. Trilha do Morro do Lampião, no Campeche. Sul de Floripa, 2024. Disponível em: https://suldefloripa.com.br/trilha-do-morro-do-lampiao-no-campeche/. Acesso em: 20 dez. 2024.

SOUZA, C. R. de G. et al. Praias Arenosas e Erosão Costeira. In: SOUZA, C. R. de G. et al. (eds.). Quaternário do Brasil. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2005. p. 130-152. ISBN 8586699470.

TSUTIYA, Milton Tomoyuki; ALÉM SOBRINHO, Pedro. Coleta e transporte de esgoto sanitário. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2011.

TSUTIYA, Milton Tomoyuki. Sistemas de esgotamento sanitário. In: Manual técnico de drenagem e esgoto sanitário. Ribeirão Preto: Associação Brasileira dos Produtores de Tubos de Concreto, 2008.

VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 2014.

VON SPERLING, Marcos. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG, 1996–2005. Série em 7 volumes.

WAZE FOR CITIES. Disponível em: https://www.waze.com/pt-BR/wazeforcities/. Acesso em: 20 dez. 2024.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). State of the Global Climate 2024. Geneva: WMO, 2025. 37 p. (WMO-No. 1368). ISBN 978-92-63-11368-5. Disponível em: https://wmo.int/sites/default/files/2025-03/WMO-1368-2024_en.pdf

FOTOS

AVI, Robson Carlos. Myrciaria plinoides. 30 Out. 2025. 5 fotografias. Disponível em: https://florasc.com.br/especies/myrciaria-plinioides/ . Acesso em 7 Ago. 2026.

BARRADAS, Paulo. Lagartixa-da-praia (Liolaemus occipitalis). 6 nov. 2009. 1 fotografia. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/pbarradas/4086938445/. Acesso em: 7 ago. 2026.

BRAHAMIAN, Gustavo Fernando. Cuíca-de-cauda-grossa (Lutreolina crassicaudata). 9 Jan. 2018. 1 Fotografia. Disponível em: https://www.inaturalist.org/photos/221654102 . Acesso em: 7 ago. 2026.

CARVALHO, Allan. Ilha do Campeche. 10 Jan. 2025. 11 fotografias. Disponível em: https://flic.kr/p/2qEDUR9 . Acesso em 12 Ago. 2026.

CORREA, Leonardo.Cedro rosa (Cedrela fissilis). 13 jan. 2022. 1 fotografia. Disponível em: https://biologiadapaisagem.com.br/2022/01/13/cedrella-fissilis-cedro-rosa/?utm_source=Pinterest&utm_medium=organic . Acesso em: 7 ago. 2026.

NOTÍCIAS UFSC: Laboratório da UFSC lança guia dos anfíbios de Florianópolis. Laboratório da UFSC lança guia dos anfíbios de Florianópolis. 2021. Disponível em: https://noticias.ufsc.br/2021/09/laboratorio-da-ufsc-lanca-guia-dos-anfibios-de-florianopolis/. Acesso em: 07 ago. 2026.

SUGASTI, Josanel. Gavião-pega-macaco (Spizaetus tyrannus). 16 Nov. 2023. 1 Fotografia. Disponível em: https://www.inaturalist.org/photos/337160841. Acesso em: 7 ago, 2026.

Cadernos de Planejamento e Projetos Urbanos de Florianópolis






Planos Distritais

CADERNO SÍNTESE: DIAGNÓSTICO DISTRITO CAMPECHE

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

SMPHDU